

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP

Carolina Fernandes Paris

Gênero e Política Externa: uma análise do Governo Bolsonaro

Programa de Estudos Pós-Graduados em Governança Global e Formulação  
de Políticas Internacionais

São Paulo

2024

Carolina Fernandes Paris

Gênero e Política Externa: uma análise do Governo Bolsonaro

Programa de Estudos Pós-Graduados em Governança Global e Formulação  
de Políticas Internacionais

Trabalho final apresentado à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE PROFISSIONAL em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais, sob a orientação do Prof. Dr. Tomaz Oliveira Paoliello.

São Paulo

2024



Banca Examinadora

---

---

---

*À Lexa, pela companhia enquanto eu escrevia;  
À Mel, por me fazer tomar pausas pra brincar  
ao sol;  
À Lilica, por me enviá-las;  
Ao meu Vô, por me ajudar a cuidar delas lá no  
céu.*

## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação não poderia ser completa se não contemplasse, de alguma forma, todos aqueles que me compõem. Certa vez li que a “dissertação desejada” cede espaço para a “dissertação possível” e se assim o fosse, não me entristeceria. Acontece que, neste presente caso, a dissertação possível superou a desejada de uma forma tão espetacular que não poderia estar mais radiante senão com este desfecho para meus últimos 2 anos. Tenho muito a agradecer.

Agradeço, primeiramente, a mim, por não desistir e sempre jogar no death march, não importa o jogo.

À minha mãe e minha avó, pelo amor e apoio incondicional, por cultivar em mim o hábito da curiosidade, do conhecimento e do questionamento, me incentivando a ter minha própria voz.

Ao meu Bem, pelo amor e pela paciência constante e (quase) infinita que nem sempre vem de forma fácil.

Às minhas amigas, pelo incentivo e necessárias discussões sobre gênero, pelas perspectivas compartilhadas, mas, principalmente, pelas palavras não ditas que só o carinho consegue traduzir. Isabella e Beatriz, vocês são o presente da PUC-SP; Giovanna, você é o regalo do CMC.

Aos meus amigos, pelas risadas, ideias mirabolantes, papos (majoritariamente sem) cabeça, pelo backup e por me mostrarem sua perspectiva do assunto. Daniel, Pedro, You, vocês são minha comp favorita.

À melhor sala do Mestrado (e com certeza a mais preocupada com o tema do Meio Ambiente), que partilhou dessa jornada comigo. Livia, Lígia, Karen, Paulo, vocês já deixam saudades.

Agradeço com muito apreço a meus professores, pelas verdadeiras aulas que perpassam as salas. Com especial afeto, agradeço às Bancas de Qualificação e de Defesa, Flavia de Campos Mello, Laerte Apolinário Júnior e Tamyá Rebello, pelos apontamentos e sugestões que me fizeram enxergar novos caminhos.

Ao Tomaz Oliveira Paoliello, meu orientador e sem o qual esta dissertação seria outra – com certeza menos enriquecida – pelas conversas estimulantes, pelo tempo e por acreditar em mim.

Por fim, agradeço profundamente a todos aqueles que fizeram e fazem parte desta história comigo.

Muito obrigada

“Evil is Evil. Lesser, greater, middling, makes no difference. The degree is arbitrary, the definitions blurred. If I'm to choose between one evil and another, I'd rather not choose at all.”

Geralt of Rivia, 1272

## Resumo

Esta dissertação se propõe a analisar como a agenda de gênero foi tratada na política externa brasileira durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). Trás um apanhado das principais características do discurso bolsonarista e como se conversa com o movimento de Direita Radical, que vem ganhando corpo no mundo, usa-se o *Process Tracing* para fazer inferências causais entre os posicionamentos brasileiros adotados em âmbito internacional no tema e sua correlação interna. Para que se possa traçar um processo de atuação desse governo, com base na afronta à atual ordem internacional e de perfil religioso ultraconservador, empregou-se a análise de discursos de alguns expoentes do pensamento bolsonarista que traziam a retórica antigênero e ancoravam-na a seus pronunciamentos onde outrora fora palco para o pioneirismo brasileiro no tema. Os estudos feitos apontam para danos incontestáveis à imagem do Brasil com o desmonte feito na agenda de gênero durante a Administração Bolsonaro mas com ressalvas quanto ao efeito interno, que não padeceu da mesma forma.

Política Externa Brasileira; Governo Bolsonaro; Agenda de Gênero; Direitos Humanos; Process Tracing

## Abstract

This dissertation proposes an analysis of how gender policies were handled by the Bolsonaro Administration concerning Brazilian Foreign Policy. After presenting this ideology's main characteristics and how it resonates with the Far Right movement worldwide, a way of action using Process Tracing is then formulated to establish causal inferences among Brazil's international insertion and its domestic correlation in hope of mapping its trajectory in gender. To outline this government's actions, characterized by an affront to the current international order and an ultra-conservative religious profile, the study analyzes speeches from key Bolsonaro thinkers that incorporated anti-gender rhetoric, delivered at venues where Brazil had previously been a pioneer in gender issues. The findings indicate undeniable damage to Brazil's international image due to the dismantling of the gender agenda during Bolsonaro's administration, though the internal impact was less severe.

Brazilian Foreign Policy; Bolsonaro Administration; Gender Agenda; Human Rights; Process Tracing

## Lista de Figuras

FIGURA 1 - PILARES DA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO BOLSONARO.....	22
FIGURA 2 - PROCESS TRACING DA LINHA EXECUTIVA INTERNA .....	43
FIGURA 3 - PROCESS TRACING DA LINHA SOCIAL INTERNA .....	45
FIGURA 4 - PROCESS TRACING DA LINHA EXECUTIVA INTERNACIONAL .....	48
FIGURA 5 - PROCESS TRACING DA LINHA SOCIAL INTERNACIONAL .....	50
FIGURA 6 - PROCESS TRACING DA ATUAÇÃO INTERNA DO GOVERNO BOLSONARO .....	54
FIGURA 7 - PROCESS TRACING DA ATUAÇÃO INTERNACIONAL DO GOVERNO BOLSONARO .....	55

## Sumário

Resumo .....	4
Abstract.....	4
1. Introdução.....	11
2. Método de análise utilizado .....	15
3. O Bolsonarismo .....	19
3.1. A Direita Radical no mundo .....	19
3.2. Características do Bolsonarismo .....	21
3.2.1. O Antiglobalismo.....	25
3.2.2. O Nominalismo.....	27
3.2.2.1. A Ideologia de Gênero .....	29
3.2.3. O Nacionalismo (Religioso) .....	35
3.3. O Governo Bolsonaro e a Agenda de Gênero .....	38
3.3.1. Process Tracing da atuação do Governo Bolsonaro em gênero.....	41
4. O Itamaraty .....	56
4.1. Breve Recorte Histórico e Contextualização .....	56
4.1.1. A importância do Ministério das Relações Exteriores.....	59
4.2. A Atuação do Itamaraty na Agenda de Gênero durante o Governo Bolsonaro ....	63
5. Conclusões.....	71
6. Bibliografia.....	73

## 1. Introdução

“Senhor Presidente, tenho sido um defensor incondicional da liberdade de expressão. Além disso, no meu governo, o Brasil tem trabalhado para trazer o direito à liberdade de religião para o centro da agenda internacional de Direitos Humanos. É essencial garantir que todos tenham o direito de professar e praticar livremente sua orientação religiosa, sem discriminação. [...] Outros valores fundamentais para a sociedade brasileira, com reflexo na pauta dos direitos humanos, são a defesa da família, do direito à vida desde a concepção, à legítima defesa e o repúdio à ideologia de gênero.” (ONU. 2022). Esse foi o primeiro discurso da 4ª Sessão Plenária da Assembleia Geral das Nações Unidas, que ocorreu em 20 de setembro de 2022, proferido pelo então presidente Jair Messias Bolsonaro.

No Brasil, o cenário de fragilidade institucional e retrocesso democrático visto com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, mostrou-se um solo fértil para estudos que buscam compreender as formas como as facetas da Política Externa Brasileira foram tratadas durante esse período. Dada a crescente dispersão de governos de direita radical pelo mundo e os diversos contornos que adotam em cada país, traçar o processo de como ocorrências internas moldam a política exterior e o posicionamento internacional será de grande proveito para que se possa compreender o real impacto dessa onda ideológica vivida.

Opta-se por focar nos Direitos Humanos, especificamente no Direito das Mulheres, por perceber que ainda existe um vácuo literário nos estudos desse tema. Pesquisas feitas por autores como Amaral, 2024; Belém Lopes, 2020; Casarões e Farias, 2021; Drumond e Rebelo, 2023; Hirst e Maciel, 2020 e Monte e Hernandez, 2022 apontam que diferentemente de Meio Ambiente, Integração, Multilateralismo, Relações Bilaterais e imagem internacional, Políticas Comerciais e Econômicas que foram bem investigados desde o começo do mandato em 2019 com ampla literatura, a Agenda de Gênero, que também foi alvo marcante e fundamental da Administração Bolsonaro, não parece ter recebido igual cuidado.

Entender que o Estado é uma instituição genderizada (*gender sensitive*) nos termos de Oliveira (2017) e Prashar (2018), significa focar nas maneiras como o gênero está presente na estrutura e na atuação, na construção e reprodução do Estado, tanto no sistema internacional quanto no sistema interno. Isso quer dizer que o gênero é uma lente de análise que foca em mostrar determinada estrutura social que molda identidades daqueles inseridos no contexto analisado, possibilitando a (re)interpretação constante e complexificação das análises

hierarquizadas de poder. Por vivermos em sociedade, todas as dimensões da vida são construídas coletivamente e ao redor dos papéis sociais de cada indivíduo (True, 2003), logo, o gênero determina a posição hierárquica a ser ocupada dentro do Estado e da sociedade que, não só os constitui como é constituído por ele (Prashar, 2018).

Discussões sobre direitos equitativos e igualdade de gênero tiveram avanços significativos nas últimas décadas (Amaral, 2024; Corrêa, 2018; Drumond e Rebelo, 2023, Simioni e Kyrillos, 2024), com a incorporação de uma linguagem própria e sensível a gênero, que transborda das agendas multilaterais para dentro dos países: o avanço de políticas públicas capazes de melhorar a condição das mulheres e de outros grupos vulneráveis deve ser entendido como um tópico transversal, atinentes a todas as esferas. É dever do Estado fomentar para que as deliberações internacionais sejam revertidas em inclusão, positividade e propagação de mais direitos e garantias, sejam coletivas ou individuais, refletidos dentro de seu próprio aparato com servidores e políticas adotadas, perenes e resistentes às transições entre governos.

Sanders e Jenkins (2022) apontam mecanismos empregados normalmente por populistas da direita radical para empreender campanhas “antigênero”, na tentativa de combater o que chamam de “ideologia de gênero”, ou seja, a crença de que há atualmente um plano totalitário de captura do poder do Estado por ativistas LGBTQIA+, feministas, anticlericais e marxistas para instaurar uma doutrina pervertida, focada na educação de subversão das diferenças naturais entre homens e mulheres. Esse discurso representa uma manifestação do chamado Nominalismo, que desconecta palavras da realidade, forçando-as a assumirem formas concretas diferentes daquelas usuais, extirpando sua possibilidade simbólica nas e das comunicações humanas, a Ideologia de Gênero, é uma ameaça externa ao nacionalismo estatal justamente porque provém do avanço dos Direitos Humanos. Servindo-se do *norm spoiling*, isto é, da estratégia de enfraquecimento de uma norma através de sua contestação para dirimir sua influência (Sanders, 2018; Sanders e Jenkins (2022), atores podem impedir a internacionalização de determinado conceito ou mesmo reinterpretá-lo por outra lente que, ainda que encontre respaldo em instrumentos internacionais, corrobora para seu apagamento. Cita-se o Consenso de Genebra como exemplo, pois ao mesmo tempo em que busca aumentar a proteção à vida, estendendo-a ao nascituro, tolhe a autonomia e a personalidade dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher ao reinterpretar as viabilidades da prática do aborto, já garantidos no direito brasileiro.

Essa ferramenta, assim como no conceito cunhado por Rebecca Sanders (2018. pp. 272), *in verbis*: “Norm spoiling is the process through which actors directly challenge existing norms with the aim of weakening their influence.”, demonstra o manuseio do rechaço aos componentes da atual ordem liberal com o forte isolacionismo em oposição à cooperação e ao multilateralismo (Casarões e Farias, 2021), promovendo a exportação de posicionamentos unilaterais e autoritários (Corrêa, 2022; Guimarães e Silva, 2021; Hirst e Maciel, 2020); o fortalecimento da segmentação em oposição à defesa do sistema de concertação global, demonstrado na busca e alinhamento a pares ideológicos e uma guinada da religião como base interpretativa nos centros dos debates. É precisamente por conceber a importância da continuidade, avanço e manutenção das discussões sobre a problematização das relações de gênero (Sanders, 2018), que esta agenda esteve no cerne da releitura feita pela Gestão Bolsonaro (Belém Lopes, 2022; Guimarães, Miquelasi, Alves, Silva e Calandrin, 2023; Loureiro, 2023), baseada em valores morais e religiosos ultraconservadores, antiglobalistas e nacionalistas.

O presente trabalho busca decifrar como as ações de determinados agentes do Governo (Coalizão<sup>1</sup>) Bolsonaro, hierarquicamente bem-posicionados e com grande influência, impactaram a política externa brasileira na agenda de gênero. Empregando o *Process Tracing*, traça-se uma linha de continuidade entre alguns acontecimentos, escolhidos por serem determinantes para o tema, notadamente em foros multilaterais, apoiada em discursos feitos por esses agentes, que demonstram a sincronia entre o reposicionamento internacional do país e os discursos proferidos. Tendo em vista o papel do Ministério das Relações Exteriores na formulação e manutenção da política exterior, pondera-se acerca de seu imbricamento frente às mudanças pretendidas e executadas por esse governo, através de uma perspectiva relacional.

---

<sup>1</sup>Entende-se por Coalizão (de) Bolsonaro aqueles integrantes que partilham da ideologia ultraconservadora, de direita radical que se expressou no Brasil, com figuras expoentes sendo o próprio ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro e seus filhos, o ex-Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, a ex-Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, mas que também abarca o pensamento e posicionamento de figuras como Angela Gandra, ex-secretária nacional da Família, Carlos França, ex-Ministro das Relações Exteriores depois de Araújo.

O texto está organizado em três partes principais além desta introdução, do método e da conclusão. A parte que segue, apresenta o método utilizado na pesquisa e sua importância para a formulação do trabalho, além de trazer o modo de análise dos resultados obtidos com a pesquisa. A primeira seção apresenta a corrente ideológica do Bolsonarismo, com apontamentos de como se insere no contexto do movimento global da Direita Radical. Cuida-se de suas características principais que permitem sua conformação específica enquanto fenômeno e como lida com a agenda de gênero da política externa brasileira. É introduzido aqui os dois processos elaborados por *Process Tracing*, um para cuidar condução interna e outro para cuidar da condução internacional do tema, elucidando as particularidades do Bolsonarismo trazidas na seção anterior, analisando-se os eventos escolhidos (observáveis manifestadas empiricamente) para exercer a validação dos mecanismos causais propostos. A segunda seção, percorre uma breve contextualização histórica sobre a colaboração do Itamaraty para o avanço da agenda de gênero, sua importância enquanto ator relevante na formulação e manutenção da política externa brasileira e logo destrincha-se como as ações da Coalizão Bolsonaro foram sentidas no Ministério das Relações Exteriores. Em seguida encaminham-se as conclusões obtidas com o estudo aqui relatado, que cuida de sumarizar análise do processo traçado e trazer o detalhamento das consequências da ação e sobreposição destes atores.

## 2. Método de análise utilizado

A presente dissertação usa o *Process Tracing* (PT) para mostrar como ações de representantes da Coalizão Bolsonaro estão concatenadas e seguem uma lógica bem construída de *norm spoiling* dentro da agenda de gênero da política exterior brasileira durante os anos de mandato, suas motivações e consequências nacionais e internacionais. Para tanto, emprega-se a análise de discursos de representantes que detêm significativa importância na hierarquia do pensamento bolsonarista em órgãos que são palco para o avanço das discussões e a tomada de decisões em matéria de gênero.

O PT é um método de pesquisa que permite traçar mecanismos causais usando uma análise empírica de como determinado mecanismo causal “*links*” operou dentro do caso real estudado. Quando bem empregados, Métodos de Avaliação Baseados em Teoria (TBEM na sigla em inglês) dos quais o *Process Tracing* faz parte, permitem uma análise do *como* e do *por que* interações entre atores de determinado processo produzem consequências no mundo real (Camacho-Garland e Beach, 2023). O valor analítico adicionado do PT é permitir que inferências causais sejam feitas sobre como processos causais funcionam em casos reais baseado no estudo das evidências mecânicas intra-caso. Assim, o foco analítico muda de causa e consequência para as causas mecânicas hipotéticas *entre* a causa e a consequência. Isto é, os mecanismos não são causas, mas sim processos causais que são desencadeados pelas causas e que as conectam, em uma relação produtiva, à consequência. Enquanto método, pode ser dividido em três componentes nucleares, a saber: i. teorização sobre mecanismos causais que unem causas e consequências; ii. análise de observáveis empiricamente manifestadas dos mecanismos causais hipotéticos; e iii. uso complementar de métodos comparativos para selecionar os casos a permitir generalizações dos achados, que se expandem de um único estudo de caso para outros causalmente similares (Beach e Pedersen, 2018). Esta dissertação segue precisamente essa lógica.

Nesse sentido, as evidências mecânicas aqui traçadas são extraídas de acontecimentos públicos ou de acesso ao público, nacionais e internacionais, que demonstram o posicionamento brasileiro no tocante à agenda de gênero da política externa. Os discursos que acompanham, justificam e são justificados por esses acontecimentos serão analisados segundo o modelo adotado por Hansen (2006) que, sob uma perspectiva pós-estruturalista, argumenta que políticas externas oficiais apesar de declaradas pelos Chefes de Estado e/ou de Governo e endossadas

pelos Ministros Exteriores, devem ser sustentadas e sustentar um campo discursivo mais largo que ressoe com os indivíduos representados. É necessário que o posicionamento apresentado por estas figuras públicas capazes de sancionar e levar a cabo essas políticas seja aquele que melhor representa os cidadãos, seus anseios e preocupações. Assim, identidade e política externa estão intimamente ligados: enquanto depende da representação da identidade, a política externa também a produz e reproduz, através da sua própria formulação. Isso quer dizer que entender política externa como uma prática discursiva implica em reconhecer que ela é construída i. dentro de um determinado contexto; ii. a partir de um emaranhado formal e material, acontecimentos e ideias; iii. com vistas a institucionalizar entendimentos dessas identidades.

A política externa precisa prescrever um significado à situação e construir os objetos dentro dela, ao fazê-lo, articula e se baseia em identidades específicas de outros estados, regiões, pessoas instituições, assim como na sua própria identidade nacional, regional ou institucional. (Hansen. 2006. pp. 4, tradução própria)

Portanto, identidade e a construção do discurso político estão intrinsecamente ligadas e não podem ser analisadas de maneira independente pois políticas externas valem-se da representação da identidade que, a seu turno, está ligada a uma conceitualização discursiva, política, relacional e social.

Dizer que identidade é *discursiva* e *política* é dizer que representações da identidade alocam problemas de política externa dentro de uma ótica interpretativa particular, com consequências para cada política que pode ser formulada como uma resposta adequada. Teorizar identidade como *relacional* implica que ela sempre é dada em referência a algo que não é. Conceitualizar a identidade como *social* é entender que ela se estabelece por meio de um código coletivamente articulado, não como propriedade privada de um indivíduo, tampouco como uma condição psicológica, mas constituída dentro e através do coletivo. (Hansen. 2006. pp. 5, tradução própria)

Entende a autora que é importante buscar alguns discursos estruturantes da política externa que auxiliam a traçar as conexões sistemáticas entre construção e manutenção identitária e (de) política(s), desenhados aqui nos processos. Assim, como propõe seu método de análise de discursos, os excertos trazidos são provenientes de diferentes fontes da Coalizão Bolsonaro, em formatos/gêneros, mídias e eventos diversos, escolhidos por sua pertinência e atinência ao tema da Agenda de Gênero. Como explica Amaral (2024), os textos oficiais de política externa estão intertextualmente conectados entre si e com uma infinidade de outros gêneros, construindo interações de modo que o foco não se acaba no texto produzido, também continua em como é lido e interpretado por outros.

Ao apresentar o *Process Tracing* em um contexto macro, que visa capturar os atores centrais e simplificar suas interações, a dissertação foca nas principais atividades selecionadas e nas interações mais críticas intra-caso. Este enfoque segue as orientações de Bamanyaki e Holvoet (2016), Beach e Pedersen (2018) e Camacho-Garland e Beach (2023). Além disso, argumenta que o interesse nacional valida e é validado pela política externa (Hansen, 2006; Casarões e Faria, 2021). No Brasil, a mudança na postura externa em relação à agenda de gênero decorre da construção de uma nova identidade nacional, baseada na retórica moral religiosa ultraconservadora, na crítica ao globalismo e no discurso nacionalista. Essa guinada foi evidente durante a administração Bolsonaro no Brasil e encontra paralelos em figuras como Macri e Milei na Argentina, Peña no Paraguai, Vox na Espanha, Orban na Hungria, Meloni na Itália e, claro, Trump nos EUA.

Para traçar, teorizar e analisar os mecanismos causais que orientam a atuação dos agentes do Governo Bolsonaro na agenda de gênero da política externa, foram selecionados discursos de grande impacto realizados em arenas onde o tema já havia recebido pioneirismo da atuação brasileira. Reconhecendo que o Estado não deve ser visto como uma entidade homogênea, também considerando que o modo de votação e as políticas analisadas isoladamente não representam necessariamente um retrocesso democrático (Bauer, Peters, Pierre, Yesilkagit e Becker, 2021), busca-se compreender como as ações anti-gênero, promovidas principalmente pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, pelo ex-ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo, pela ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos Damares Alves e pela ex-secretária da Família Angela Gandra, ressoam e validam o discurso da direita radical. Além disso, analisa-se como essas ações foram percebidas tanto no âmbito interno quanto externo, utilizando o Ministério das Relações Exteriores como exemplo principal, já que este é o órgão do Poder Executivo responsável pela construção, monitoramento e manutenção da Política Externa Brasileira

Com o interesse nacional posto, tem-se a necessidade de propagação internacional da nova imagem do Brasil (Casarões e Faria, 2021; Guimarães e Silva, 2021; Saraiva e Albuquerque, 2022) que, se seguida à risca como desenhada pela ideologia Bolsonarista, implicaria em uma onda de reversões de direitos conquistados ao longo de 60 anos, que foram incorporados desde a redemocratização do país, em crescente corrente que passa de mero *gender advocacy* para políticas que efetivamente incorporam as questões de gênero de modo a perpassar todas as esferas, sejam públicas ou privadas.

Para o caso em tela, a remodelagem do interesse nacional se traduz, necessariamente, no desmantelamento do modelo tradicional seguido pela diplomacia brasileira de pioneirismo e defesa da agenda de gênero, na tentativa de mobilizar o discurso moral religioso, anti-Globalista e nacionalista enquanto ferramenta de designação ontológica e social para reestruturar o vocabulário em matéria de gênero e deslegitimar a interpretação abrangente, protecionista e inclusiva de direitos, liberdades e garantias fundamentais – inclusive abarcadas constitucionalmente – para, em um segundo momento, enfraquecer e esvaziá-los, deixando a base legal suscetível às novas diretivas a serem seguidas e propagadas efetivando, assim, o desmonte e a subversão do tema.

A proposição do trabalho é que se seguido à risca e por completo o fluxo almejado pela Administração Bolsonaro, a agenda de gênero seria um repertório de boas práticas familiares e reiteração o papel da mulher restrito ao lar e ao marido, à parte da sociedade e com direitos atrelado ao cumprimento do seu papel social, que segue as diretrizes religiosas, validado pelas obrigações internacionalmente contraídas que, uma vez ratificadas, validadas e compatíveis com o ordenamento interno, passariam a ser incorporadas e produzir efeitos que, a longo prazo, conseguiriam apagar os avanços logrados em matéria de Direitos Humanos, especificamente em gênero.

### 3. O Bolsonarismo

#### 3.1. A Direita Radical no mundo

Guimarães e Silva (2021) destacam que o levante de governos populistas de direita radical marcou a última década e, embora pesquisadores das já se ocupassem em estudar o populismo – Destradi e Plagemann (2018) e Saull et al. (2015) apresentam excelente apanhado histórico – não há uma literatura firmada de Relações Internacionais com foco em como seus aspectos nacionais são capazes de produzir consequências internacionais. Isso porque a dimensão externa desse fenômeno é tratada superficialmente, à parte da dimensão interna, sem que haja um entendimento ontológico de co-construção dessas duas esferas. Diante desse vácuo acadêmico, surge a oportunidade de entender de que maneira esses governos manejam internamente discursos ultraconservadores e como afeta o alcance de sua influência global.

Segundo esses autores, o populismo tem como base o discurso separatista e o autoritarismo. A bifurcação social e a justaposição dos grupos “povo” (ou população) e “elite” é um marco destes governos. A formação discursiva, a consequente designação de identidades e pertencimento a dois grupos antagônicos, são as bases da construção de uma identidade embora coletiva, também é separatista. Já o autoritarismo serve para priorizar a importância do discurso securitário contra os riscos de instabilidade e desordem (via de regra provocados por estrangeiros que queiram adentrar o país), a conformidade e preservação de valores tradicionais e a lealdade a um líder forte, influente que protege os costumes e tradições do grupo. Em suma, o líder populista se diz o único capaz de representar “o (seu) povo” contra o Estado, apresentando sua demanda como sendo a verdadeira expressão da vontade popular no âmbito internacional (Guimarães e Silva, 2021; Saraiva e Albuquerque, 2022; Lima, 2023;). Dentro dos estudos sobre o populismo, governos populistas de direita radical pertencem a um movimento global interconectando que teoriza e mobiliza estrategicamente ressentimentos culturais para desenvolver uma crítica sociológica coerente da globalização. Os expoentes dessa corrente de pensamento partilham da opinião que o desacoplamento da ordem liberal internacional trará de volta “a ordem natural segundo a qual a força do Estado nacional é restabelecida” promovendo coesão em torno de uma identidade, de uma visão crítica da normativa internacional que visa à destruição da concertação internacional atual como a solução à globalização (Belém Lopes *et al* 2022). Apesar de não ser um posicionamento novo, é a

primeira vez que ataques à globalização aparecem expressamente dentro da Política Exterior Brasileira desde a redemocratização (Loureiro, 2023).

Guimarães e Silva (2021) identificam três características principais dos governos populistas de direita radical, que servem para a construção da identidade nacional ultraconservadora: i. o Anti-Globalismo, que condensa narrativas que questionam a ordem internacional liberal; ii. o Nacionalismo; composto por narrativas pro-nacionais e pro-soberania e iii. a conduta anti-inimigo, que engloba narrativas de divisão e embate entre agrupamentos sociais (amigos x inimigos, nós x eles).

O Anti-Globalismo é a ideia de existência de uma conspiração externa, promovida por agentes ligados às instituições internacionais que almejam diminuir “as aspirações do povo”, desse modo, a única forma de resistência às investidas do internacionalismo/globalismo é a luta contra esses ideais. Não é coincidência que a diplomacia seja um dos principais alvos de líderes populistas já que é a expressão elitista e excludente de uma comunidade composta de burocratas não eleitos, direta ou indiretamente, pelo povo, que tem como objetivo principal avançar a agenda antiética internacional dentro do Estado nação. Justamente por isso, descreve-se o populismo como um *backslash* da crescente influência de burocracias internas e internacionais e o enfraquecimento do Estado pelas mãos da elite transnacional, assim, a constante diminuição de instituições internacionais, mecanismos de governança global e até mesmo do Ministério das Relações Exteriores são ações esperadas de populistas no poder.

As aloquções feitas na cerimônia de posse do ex-Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, no dia 2 de janeiro de 2019 são de extrema importância para demonstrar a reorientação pretendida da política externa brasileira, pois carregam as principais características da ideologia Bolsonaroista. Ainda que aprofunde-as em outras ocasiões, é possível visualizar o ataque e rechaço ao Globalismo, manifestações do Nominalismo e o apelo ao nacionalismo, todos enraizados em princípios religiosos tradicionais como garantia das novas diretrizes.

O Itamaraty existe para o Brasil, não existe para a ordem global. O Itamaraty existe para o Brasil, não existe para si mesmo. [...] Lembrar-se da pátria. Não é lembrar-se da ordem liberal internacional, não é lembrar-se da ordem global, não é lembrar-se do que diz o último artigo da *Foreign Affairs* ou a última matéria do *New York Times*. É lembrar-se da pátria como uma realidade essencial. Não estamos aqui para trabalhar pela ordem global. Aqui é o Brasil. (Brasil, 2019a, pp. 20-22)

À medida que se sentem constrangidos pelas amarras internacionais, os líderes populistas apelam à volta ao mal que assolou o Século XIX: o Nacionalismo. A identidade nacional

depende da construção de um Estado soberano capaz de defender seu território, sua população e suas tradições, portanto ameaças externas são enfrentadas com sucateamento e esvaziamento das instituições, jogando-as de escanteio assim como fazem com a oposição em órgãos domésticos (Poder Judiciário, Legislativo, Executivo), inclusive usando o argumento de abandono, por parte das organizações e agentes internacionais, para mobilizar massas. Percebe-se, assim, como os contornos internacionais da direita radical vão se aterrando no Brasil.

### 3.2. Características do Bolsonarismo

Em janeiro de 2019 quando Jair Messias Bolsonaro assume o cargo de Presidente da República Federativa do Brasil para exercer seu mandato, pouco se sabia quais promessas de campanha seriam priorizadas e como isso afetaria a política externa brasileira enquanto política pública. Não tardou muito. Logo nos primeiros meses de sua atuação, a Administração Bolsonaro se mostrou orientada por uma ideologia de Direita Radical que, embora não haja consenso literário uníssono acerca de quais contornos internacionais desse pensamento são manifestados internamente pelo Bolsonarismo, pode-se notar algumas características que aparecem de forma mais recorrente nas análises da política externa do período.

Segundo Hirst e Maciel (2020), a política externa do Governo Bolsonaro foi guiado por três pilares: o núcleo político-ideológico, que sintoniza o projeto político doméstico ao internacional, a política econômica liberal-conservadora que contempla a faceta externa da sua economia política e, por fim, o complexo de segurança e defesa relacionado às sintonias externas da militarização do Estado brasileiro. Para os autores, esse governo i) elaborou e aplicou um conjunto de novas prescrições que significaram um descarte sistemático e bem elaborado dos princípios e posturas que haviam norteado a ação diplomática brasileira por longas décadas; ii) desconstruiu o aparelho estatal voltado à promoção de bens públicos, em áreas como a saúde, a educação e o meio ambiente; iii) produziu uma política de “má-vizinhança” que, globalmente troca a boa internacionalização do Brasil construída ao longo dos dois últimos séculos nessa história por um alinhamento incondicional aos Estados Unidos de Trump e a demais países conservadores, com projetos anti-comunistas e anti-integração regional e, regionalmente, abandona as prescrições constitucionais de “buscar a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma

comunidade latino-americana de nações<sup>2</sup>” e mantém os projetos já em curso com o mínimo de engajamento, sendo revividos tão somente quando há algum interesse dos EUA. Todas essas características podem ser observadas na Figura 1, fornecida pelos autores, nas escalas de âmbito doméstico, internacional e regional.

Figura 1 - Pilares da política externa do Governo Bolsonaro

PILARES DA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO BOLSONARO			
ÂMBITO PILARES	DOMÉSTICO	INTERNACIONAL	REGIONAL
NÚCLEO POLÍTICO IDEOLÓGICO	INSUMO NARRATIVO DO PROJETO DE PODER NACIONAL; APROFUNDAMENTO DOS VÍNCULOS DE ATORES INTERNOS COM GOVERNOS E ORGANIZAÇÕES IDENTIFICADOS COM O IDEÁRIO DA EXTREMA DIREITA INTERNACIONAL	ATIVISMO ANTI-GLOBALISTA, ALINHAMENTO AO GOVERNO TRUMP E APROXIMAÇÃO AO CÍRCULO DE PAÍSES COM REGIMES DE EXTREMA DIREITA	DESCONSTRUÇÃO DAS INICIATIVAS, PROJETOS E COMPROMISSOS DO PROGRESSISMO LATINO-AMERICANO
POLÍTICA ECONÔMICA LIBERAL-CONSERVADORA	APROFUNDAMENTO DA AGENDA DE REFORMAS ECONÔMICAS DE CUNHO LIBERAL, FORTALECIMENTO DO AGRONEGÓCIO E DEFESA DO CAPITAL FINANCEIRO	ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS INTERNACIONAIS, RECONFIGURAÇÃO DA PRESENÇA BRASILEIRA NA ECONOMIA INTERNACIONAL E PRESERVAÇÃO DOS VÍNCULOS ECONÔMICOS COM A CHINA	PRESERVAÇÃO DOS MERCADOS SUL-AMERICANOS, MINIMIZANDO COMPROMISSOS DE RECIPROCIDADE, INSTITUCIONALIDADE E DE RESPONSABILIDADES COMPARTILHADAS
COMPLEXO DE SEGURANÇA E DEFESA	CONTROLE MILITAR DE CARGOS MINISTERIAIS DE PRIMEIRO ESCALÃO, AMPLA PRESENÇA CORPORATIVA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL; REDEFINIÇÃO DE PARÂMETROS DA POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA; CONTROLE MILITAR DE CARGOS MINISTERIAIS DE PRIMEIRO ESCALÃO, AMPLA PRESENÇA CORPORATIVA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL; REDEFINIÇÃO DE PARÂMETROS DA POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA;	FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO COM OS EUA (COMANDO SUL), RECONHECIMENTO COMO ALIADO EXTRA-OTAN, E COOPERAÇÃO MILITAR E EM SEGURANÇA COM GOVERNOS AFINS - COMO ISRAEL, EMIRADOS ÁRABES E ÍNDIA	COOPERAÇÃO MILITAR E DE INTELIGÊNCIA COM REGIMES CONSERVADORES; MILITARIZAÇÃO DE CONTROLES MEIO-AMBIENTAIS E DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS NA REGIÃO AMAZÔNICA, COM FOCO NAS DIVISAS COM A VENEZUELA

Fonte: Hirst e Maciel (2020)

<sup>2</sup> Constituição da República Federativa do Brasil, art. 4º, parágrafo único.

Já Casarões e Flesmes (2019), defendem que a política externa do ex-Presidente Jair Bolsonaro nasce i) da visão antipetista, popularmente difundida na sociedade, ii) do alinhamento a Israel (consequente abandono da Solução de dois Estados historicamente defendida na Guerra Israelopalestina) trás a crescente comunidade evangélica e o apelo aos ideários religiosos/teológicos e iii) do combate ao Globalismo, ou seja, o pensamento que tomou o Ocidente para construir um aparato burocrático altamente centralizado e que afasta os indivíduos de seus valores fundamentais, quais sejam, a família, a nação e Deus.

Para Do Monte e Hernandez (2022), a política externa bolsonarista tem ênfase no discurso nacionalista calcado em valores religiosos atrelados à forte defesa de uma agenda moral, de forma que as relações internacionais do Brasil foram norteadas por críticas ao multilateralismo, em especial instituições e organizações que possuem agendas conflitantes com aquela tradicional, conservadora e religiosa, defendida pela Coalizão. Apontam os autores que a guinada Antiglobalista – abordada em mais detalhes em seguida – é retoricamente justificada pela necessidade de se alinhar às ações e crenças de muitos cidadãos brasileiros, mas esse tipo de pensamento, argumentam, cria a ideia falaciosa de que internacionalizar essa agenda moral através da política externa brasileira é um meio de democratizá-la. Contudo, adotar valores representativos de um único grupo social não se traduz na democratização, ao contrário, tende a acentuar o vão entre cidadãos e aqueles que efetivamente fazem a política externa.

Ensinam Saraiva e Albuquerque (2022) que, para além da retórica, a política externa da Administração Bolsonaro provocou mudanças na inserção internacional do Brasil em níveis bilateral, regional e multilateral; alterou prioridades e estratégias, rompendo com o padrão diplomático de manutenção do diálogo com parceiros tradicionais, de administrar a integração regional, com ênfase ao Mercosul e de buscar o engajamento com instituições multilaterais. A formulação e implementação da política externa mostraram a crescente fragmentação do processo decisório, exacerbando a divergência interesses e agendas entre os atores ideológicos e aqueles que defendiam o pragmatismo, buscando atender a demanda de grupos específicos da sociedade e minimizando a centralidade do Itamaraty.

Casarões e Farias (2021), que usam da Teoria Normativa Construtivista, expõem que é preciso analisar como a identidade nacional foi proposta e construída para que se possa compreender o modo como molda o interesse nacional que, a seu turno, determina a política externa. Segundo os autores, o governo de Jair Bolsonaro fez parte de uma onda global de

populismos de Direita Radical que teve como manifestações: i) promessas de combate à corrupção e ao Partido dos Trabalhadores (PT); ii) realinhamento da política externa e aproximação a países que partilham de valores ocidentais (livre comércio, democracia e Cristianismo) e iii) discursos conservadores, antiglobalistas e nacionalistas. Afirmam os autores que dada a incompatibilidade da retórica pessoal do ex-Presidente com a atual ordem liberal, sua política externa teve de pôr-a de escanteio. Para isso, aspira à construção de uma identidade nacional que se alinhe incondicionalmente à sua estratégia de política externa, cuidadosamente construída para representar e ressoar (com) a base política de seu governo e legitimar as investidas políticas características da direita radical. Assim, as dinâmicas e posicionamentos, empregados pela Administração Bolsonaro de revide da ordem internacional liberal aparecem em duas frentes: contestação, por meio do discurso antiglobalista e substituição, por meio do discurso Nacionalista Religioso, atrelados ainda à ideia do anticomunismo.

A construção de um novo Brasil, que representasse os cidadãos brasileiros de “verdade”, pró-família, cristãos, neoliberais que prezam pelos “bons costumes” era o cerne da Gestão Bolsonarista e, para tanto, precisaria romper com a identidade já estabelecida e projetada internacionalmente. Segundo a autores identificados com a teoria Pós Estruturalista, que visa delimitar a relação entre identidade e política externa não como algo homogêneo, estável e perene, já pré-estabelecida e aceita, como quer a literatura *mainstream*, as identidades são criadas frente a um emaranhado coletivo dentro de um determinado contexto social, político e econômico, para designar indivíduos que possuem determinadas características em comum, o Eu, também aqueles que são desprovidos dessas características, ou seja, ao mesmo tempo que conceitua aqueles pertencentes, é sempre dada em relação há algo que identitariamente não é, determinando continuamente uma série de Outros (Hansen, 2006). Essa Teoria entende que a linguagem é necessariamente constitutiva do ser, de forma que objetos, sujeitos ou mesmo ideias somente podem adquirir significado relacionais, em justaposição um com o outro (privilegiado *versus* desprivilegiado), sempre levando em consideração o contexto do sistema em que a criação está inserida. Tem-se, portanto, que a valoração dos signos se dá de maneira diferente, de acordo com a agenda do ente criador, assim, a identidade varia de acordo com a construção discursiva da relação entre o Eu e o Outro. Explica Amaral (2023), continuando pela lente pós-estruturalista, que a política externa bolsonarista, ao mesmo tempo em que se valeu da construção discursiva da identidade nacional brasileira para justificar seus atos, também a constituiu, sendo a família elemento chave desse processo.

Simioni e Kyrillos (2024), que analisaram um *corpus* de 65 discursos oficiais proferidos pelo ex-Presidente Jair Bolsonaro e pelo ex-Ministro das Relações Exteriores apresentam duas estratégias principais de articulação narrativa e criação de identidade: uma de diferenciação e uma de equivalência. A primeira é marcada por um contraste em relação a uma ameaça anteriormente constituída, formada por um processo de construção de um inimigo a ser derrotado. A segunda surge com a criação de uma narrativa de esperança, proveniente da correspondência pessoal entre o líder e seu povo, projetando uma nova política, mesmo externa, que tem por base o verdadeiro interesse do povo brasileiro, qual seja, a família, os bons costumes, a moral e a tradição religiosa, o nacionalismo e o antiglobalismo. Somente através da congregação dos pares será possível fazer frente e vencer os opositores.

### 3.2.1. O Antiglobalismo

Historicamente, a política externa empenhada pelo Brasil incorporou alguns dos principais elementos da ordem liberal internacional, como o multilateralismo, a cooperação, o compromisso regional, a crença no e defesa do Direito e do Sistema Internacional, o livre comércio<sup>3</sup>, os Direitos Humanos, a igualdade e, desde os primórdios do Sistema Internacional do Pós Segunda Guerra e da redemocratização brasileira, tem sido um ávido defensor destes fundamentos, a ponto de elenca-los na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Foi apenas com a eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018, quem cunhou uma campanha eleitoral já com discursos de veneração dos EUA de Donald Trump, de abandono das instituições internacionais e alinhamento automático aos pares de Direita Radical, meritocráticos e de desprezo das minorias – essa personificação é ponto distintivo da política externa Bolsonarista das demais – que o questionamento dos valores democráticos extrapolou as fronteiras e passou a ser obrigatório na atuação brasileira internacional.

Para destruir a humanidade é preciso acabar com as nações e afastar o homem de Deus, e é isso que estão tentando, e é contra isso que nos insurgimos. O globalismo constitui-se no ódio, através das suas várias ramificações ideológicas e seus instrumentos contrários à nação, contrários à natureza humana, e contrários ao próprio nascimento humano. Nação, natureza e nascimento, todos provêm da mesma raiz etimológica, e isso se dá porque possuem entre si uma conexão profunda. Aqueles que dizem que não existem homens e mulheres são os mesmos que pregam que os países não têm direito a guardar suas fronteiras, são os mesmos que propalam que um feto

---

<sup>3</sup> Ainda que não seja um tema pacífico e apresente certo grau de divergência entre os estudiosos, pode-se afirmar que o Brasil não adotou um posicionamento constante de oposição ao livre comércio de forma total.

humano é um amontoado de células descartável, são os mesmos que dizem que a espécie humana é uma doença e que deveria desaparecer para salvar o planeta. Por isso a luta pela nação é a mesma luta pela família e a mesma luta pela vida, a mesma luta pela humanidade em sua dignidade infinita de criatura. [...] Um dos instrumentos do globalismo, para abafar aqueles que se insurgem contra ele, é espalhar que, para fazer comércio e negócios, não se pode ter ideias nem defender valores. Nós provaremos que isso é completamente falso. (Brasil, 2019a, pp. 26-27)

Até então, não se via um ataque tão veemente aos valores seculares como o feito pela Administração Bolsonaro. O excerto anterior retoma o discurso feito na cerimônia de posse de Ernesto Araújo, em janeiro de 2019, que foi sintomático ao trazer explicitamente os objetivos que guiariam o Itamaraty na condução da política externa. Usando como base um versículo bíblico, detalha como os conceitos de *Gnosis* (conhecimento), *Aletheia* (verdade) e *Eleutheria* (liberdade) foram corrompidos pela atual ordem global, mas sua recuperação pode ser atingida com a reaproximação aos valores tradicionais mediada por um líder que também os compartilhe.

O Antiglobalismo é uma característica marcante da sua política justamente, por ser mais do que um elemento de retórica ideológica, é o modo de expressar a forma como o entendimento pessoal se choca com haveres da atual conjuntura. Não há um consenso de conceituação do termo, que varia de acordo com o grau de intencionalidade de cada empregador, embora se possa dizer que o traço comum é que a Coalizão Bolsonaro ancora o sentido de Globalismo na ideologia Marxista que, através da globalização econômica propaga suas agendas (a exemplo da ideologia de gênero, do climatismo, racialismo, covidismo...). Para algo além das instituições, o Globalismo é uma ameaça que transpassa o Sistema Internacional e está entranhado no pensamento, na cultura e na linguagem de um povo, sendo o estágio intermediário para o Comunismo<sup>4</sup>, no mundo Pós Guerra. Dessa forma, seguindo a lógica de designação de identidade, o outro polo que ainda falta por formar é o de combate a essa ideologia, logo, o Antiglobalismo. Diferentemente do Globalismo, esta vertente de pensamento conta com um consenso muito claro entre seus defensores: ser a expressão máxima de resistência volitiva de um povo contra determinado Estado dito totalitário, que galgou essa

---

<sup>4</sup> A acepção dessa palavra não é no sentido dos estudos feitos por intelectuais dos Séculos XIX em diante, de paridade econômica ou bem-estar populacional, mas sim como uma ideologia totalitária que ceifa a liberdade individual da população, algo bem em linha com a propaganda estadunidense da época da Guerra Fria

posição por meio do processo linguístico de aniquilação da capacidade de dotar as palavras de significados.

Em um artigo publicado pela revista *Terça Livre* em 18 de dezembro de 2019, intitulado “Para além do horizonte comunista”, o ex-Ministro Araújo preocupa-se em trazer à tona os meios pelos quais o globalismo serve como ferramenta do socialismo. Argumenta que para que se consiga alcançar o comunismo, estágio final que não mais visa ser uma alternativa ao capitalismo, mas à abolição do próprio homem, o socialismo deve ser implementado de modo a explorar as fragilidades do sistema e aqueles que querem combatê-lo são taxados socialmente.

O socialismo, dentro da loucura marxista, é apenas um instrumento para chegar ao comunismo, mas isso não significa que não haja outros. Desde 1989-1991, quando desabou o “socialismo real”, o marxismo vem trabalhando para desenhar novos instrumentos de construção do comunismo. O principal desses instrumentos é o globalismo (termo que utilizo numa acepção algo distinta daquela mais corrente que o define como a criação de uma governança mundial; para mim, diferentemente, o globalismo é a captura da economia globalizada pelo aparato ideológico marxista através do politicamente correto, da ideologia de gênero, da obsessão climática, do antinacionalismo). (Brasil, 2019a, pp. 564)

Ao analisar a política externa brasileira sob a Administração Bolsonaro, nota-se uma clara ruptura com os princípios historicamente defendidos pelo país, como o multilateralismo, a cooperação e os direitos humanos. A mudança significativa para uma abordagem mais alinhada com ideologias ultraconservadoras e antiglobalistas representa um desafio para a continuidade dos valores tradicionais da diplomacia brasileira. A retórica e as ações do governo Bolsonaro, ao se afastarem de compromissos internacionais e ao adotar um discurso nacionalista exacerbado, provocaram repercussões tanto internas quanto externas. Esta mudança de paradigma não só coloca em xeque a identidade nacional construída ao longo das últimas décadas, mas também redefine o papel do Brasil no cenário internacional. O Antiglobalismo, enquanto uma tentativa de insurgência contra a conectividade e interdependência do atual mundo globalizado que aprofunda as relações entre os diversos atores, toma emprestada visões de outros campos, notadamente do Direito e da Geografia, para justificá-lo através da quebra da soberania em determinado território, algo que deve ser enfrentado pelo combate direto em detrimento da diplomacia.

### 3.2.2. O Nominalismo

Segundo Loureiro (2023), o chamado Nominalismo, outra corrente de pensamento marcada no Bolsonarismo, desconecta palavras da realidade, forçando-as a assumirem formas concretas

diferentes daquelas usuais, supostamente extirpando sua possibilidade simbólica nas e das comunicações humanas. Se empregado pelo Globalismo, o Nominalismo se manifesta nos braços da Ideologia de Gênero, do Clamatismo, do Racialismo, do Covidismo, etc, destruindo os símbolos gramaticais, como parte de um grande projeto totalitário dos países que aceitam a atual ordem liberal para exterminar a liberdade humana. Dessa forma, a resposta para encontrar o lócus de resistência do âmbito léxico-simbólico, mais do que na religião, reside no Estado, pois é somente pela Nação, ou melhor, pelo símbolo/ pela ideia que esta representa (de algo essencial, constitutivo, indissociável do Estado) que poderá um Estado impor a sua soberania.

A isso me proponho aqui. Fazer do Itamaraty um instrumento de amor pelo nosso país e pelo nosso povo. [...] Não deixem o globalismo matar a sua alma em nome da competitividade. Não acreditem no que o globalismo diz quando diz que para ter eficiência econômica é preciso sufocar o coração da pátria e não amar a pátria. Não escutem o globalismo quando ele diz que paz significa não lutar. Os senhores perguntar-me-ão: e como faremos isso? Pela palavra. Acreditemos no poder infinito da palavra, que é o logos criador. O Presidente Jair Bolsonaro está aqui, chegou até aqui, e nós com ele, porque diz o que sente. Porque diz a verdade. E isso é o logos. Eu vou terminar falando do princípio e citando novamente São João, a abertura do Evangelho de São João, quando diz “*en archê ên ho logos*”. O princípio era o logos. A palavra. O verbo. *Archê*, a última palavra em grego que eu vou dizer aqui hoje, significa princípio, tanto no sentido de início, quanto no sentido, principalmente, de força estruturante, princípio estruturante. A realidade, pelo menos a realidade humana, está estruturada em torno da linguagem, da palavra, do verbo, portanto do logos. Tudo o que temos, tudo de que precisamos, é a palavra. Ela está aprisionada, mas com amor e com coragem havemos de libertá-la. (Brasil, 2019a, pp. 30) – Discurso de posse do ex-Ministro das Relações Exteriores, Ernesto de Castro Araújo

Outra maneira pela qual essa resistência ao Nominalismo se expressa é, também empregando outro elemento constitutivo do Estado para o Direito, através da população, entendida como a soma das vontades da maioria dos cidadãos presentes naquele território. O Chefe de Estado, ou Chefe do Executivo, portanto, carrega o privilégio, e a obrigação, de interpretar os anseios da (sua) população que, devem ser refletidos no e partilhados com esse “líder”, de uma maneira ideológica, político-econômica e, principalmente, espiritual (Guimarães e Silva, 2021; Monte e Hernandez, 2022; Loureiro, 2023; Amaral, 2024)

O Presidente Bolsonaro está libertando o Brasil por meio da verdade. Nós vamos também libertar a política externa brasileira, vamos libertar o Itamaraty, como o Presidente Bolsonaro prometeu que faríamos, em seu discurso de vitória. (Brasil, 2019a, pp. 17) – Discurso de posse do ex-Ministro das Relações Exteriores, Ernesto de Castro Araújo

Mais do que se opor ao Globalismo, o papel desta ideologia é fixar a relação e o pertencimento de cada indivíduo da sociedade a um dos dois grupos: o certo, do antiglobalismo, de uma identidade liberal-conservadora que presa pela família e bons costumes, que repatria o

direito da maioria; e o errado, do Globalismo, que doutrina a população inocente, incapaz de perceber a dominação ideológica à qual foi submetida e a faz acreditar que ceder seus direitos e liberdades a um Estado (comunista) totalitário é o correto. O único meio de se proteger é fortalecendo as bases nacionais, crendo no Estado Nacional para exercer sua soberania e recobrar o sentido léxico do vocabulário nacional, que fora sequestrado pelos demais partícipes globalistas.

No processo de formação do Estado Moderno, as Ciências Sociais assumiram um papel-chave no controle e na organização da existência em sociedade. No momento histórico em que a razão passa a ser reconhecida como o princípio ordenador da vida, elas surgiram para funcionar como plataformas de observação do mundo, destinadas a formular normas governadoras da economia e das sociabilidades. Assim, elas atuaram como dispositivos de produção de alteridade, ao passo que formularam taxonomias (de pessoas e da realidade) que serviram de base para a implementação de políticas públicas destinadas a ajustar a vida humana ao sistema de produção capitalista. (Silva, 2023, pp. 14)

### 3.2.2.1. A Ideologia de Gênero

A ideologia de gênero assume enorme importância para a pauta da direita radical, motivo pelo qual deve-se examiná-la mais detidamente.

Em um breve apanhado histórico, pode-se traçar os embates entre os discursos a favor da interpretação tradicional do conceito de família e discussões que avançam agendas tidas como mais progressistas – a exemplo dos direitos trabalhistas femininos e sua presença no mercado de trabalho (deixando ou minimizando sua presença no trabalho informal do lar), dos direitos reprodutivos e sexuais (mulheres começam a ter domínio de seus próprios corpos), direitos humanos e humanitários (entendendo que a presença da mulher é igualmente vital nas situações de conflitos internacionais e de *peacebuilding*) – a partir da década de 1970, quando representantes de movimentos feministas, negros, pessoas com deficiência, LGBTQIAP+, dentre tantos outros passaram a reivindicar o reconhecimento de sua vulnerabilidade social, política, econômica, jurídica e pleitear em âmbito interno e internacional por maior proteção efetiva de seus direitos.

Ao mesmo tempo que as discussões sobre a vulnerabilidade das mulheres<sup>5</sup> avançava de forma sem precedentes, o movimento de resistência encabeçado inicialmente pela Igreja Católica também crescia, já que esta estava presente nas discussões que eram levadas a cabo dentro das Nações Unidas através da Santa Sé, que tinha status de Observador Permanente. A contra investida foi colocar a família como *sujeito* de direitos e deveres no âmbito da ONU, impulsionando discussões sobre as necessidades e problemas da família e como atendê-los de forma eficaz, a importância econômica no desenvolvimento que possuem, sendo que em 1994 a AGNU proclamou o ano de 1994 como Ano Internacional da Família declarado; movimento sancionado pelo art. 16 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que elenca o conceito *natural* de família:

**Artigo 16**

1. Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.
2. O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.
3. A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

Fica evidente que haveria uma coalizão entre os grupos que manejavam essa visão mais arcaica e os grupos mais progressistas, que demandavam a positivação dos direitos das parcelas da população mais vulnerabilizadas justamente pelos mais conservadores. Em 1994 ocorreu a Conferência de Cairo e o documento final é inovador, segundo Corrêa (2018), pois além de usar por primeira vez o termo gênero, legitimou o conceito de direito reprodutivo feminino, reconheceu o aborto como problema público, recomendou a educação sobre sexualidade nas escolas e afirmou as muitas formas de família. É desse momento em diante que grupos ultraconservadores focam seus esforços em conter a desnaturalização e avanço das discussões em torno dos temas relacionados à família, hierarquia de gênero, sexualidade e direitos reprodutivos da mulher e da perspectiva de gênero<sup>6</sup>. Segundo a Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti:

---

<sup>5</sup> Importantes avanços também foram percebidos pelas outras agendas, ainda que não estejam expostos aqui, dado que não é o foco deste trabalho.

<sup>6</sup> Expressão que, apesar dos esforços contrários desses grupos religiosos e conservadores, logrou estar no documento final da Conferência de Pequim de 1995, da qual resulta a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim.

As conferências mundiais sobre a mulher constituíram marcos inquestionáveis nesse processo. A IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Pequim, em setembro de 1995, foi sem dúvida a maior e a mais importante delas: pelo número de participantes que reuniu, pelos avanços conceituais e programáticos que propiciou, e pela influência que continua a ter na promoção da situação da mulher. Intitulada “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”, a Conferência de Pequim partiu de uma avaliação dos avanços obtidos desde as conferências anteriores (Nairobi, 1985; Copenhague, 1980; e México, 1975) e de uma análise dos obstáculos a superar para que as mulheres possam exercer plenamente seus direitos e alcançar seu desenvolvimento integral como pessoas. Consubstanciado na Declaração e na Plataforma de Ação de Pequim, o legado da Conferência é um conjunto de objetivos estratégicos – com a identificação das ações necessárias para atingi-los – naquelas doze áreas. Trata-se de um guia abrangente para orientar governos e sociedade no aperfeiçoamento do marco legal, na formulação de políticas e na implementação de programas para promover a igualdade e para evitar a discriminação. A Plataforma de Ação de Pequim consagrou três inovações dotadas de grande potencial transformador na luta pela promoção da situação e dos direitos da mulher: o conceito de gênero, a noção de empoderamento e o enfoque da transversalidade. (Organização das Nações Unidas, 1995)

A união de interesses dos mais diversos atores ultraconservadores gira em torno da percepção que a perspectiva de gênero é uma ferramenta ideológica de dominação criada por elites corruptas compostas por feministas, ativistas LGBTQIAP+, partidos de esquerda, defensores dos direitos humanos, ativistas anticlericais e antirreligiosos que através de uma conspiração global (Globalismo) querem subverter a ordem natural, leia-se religiosa e biológica, de diferenciação entre homens e mulheres na sociedade (Corrêa, 2018), a começar pela família (Amaral 2024). Para tanto, essas elites avançam a compreensão de que os lugares ocupados socialmente por homens e mulheres são papéis construídos social e culturalmente, meramente convencionais e foram revisados (com os avanços internacionais e ratificações internas) para destruir o mundo como sempre foi, deturpar os valores divinos e instaurar valores pervertidos (Drumond e Rebelo, 2023).

Durante a Cerimônia de Transmissão de Cargo à Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, feita em 2 de janeiro de 2019, a ex-Ministra fez algumas de suas declarações mais disseminadas. Começa seu discurso com a famosa frase “o Estado é laico, mas eu sou terrivelmente cristã.”, prevenindo o teor do discurso: com forte entranhamento religioso e utilizando instrumentos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promove uma releitura do papel da mulher na sociedade, principalmente na família, da extensão da proteção dos Direitos Humanos, para abranger a vida do nascituro, da participação política dos povos originários e da família, enquanto entidade abarcada por algum tipo de proteção jurídica.

Nesse sentido, toma seu tempo esclarecendo como as políticas públicas que visam às crianças e adolescentes serão formuladas. Sem permitir a interferência ideológica, “nossos meninos e meninas estão entre os bens mais preciosos da Nação. Neste Governo menina será princesa e menino será príncipe – está dado o recado.”, Alves discursa sobre combate à pedofilia, à gravidez na adolescência, à doutrinação e ao feminicídio de meninas.

Um dos desafios desse atual governo é acabar (uau) com o abuso da doutrinação ideológica. Trabalharemos com o poder público para construir um Brasil em que nossas crianças tenham acesso à verdade e sejam livres pra pensar! (uau). (Alves, 2019)

Em palestra sobre globalismo, que aconteceu no dia 10 de junho de 2019 na Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), Araújo faz uma revisão bibliográfica e tece comentários sobre autores clássicos, principalmente das Ciências Humanas, influenciaram a ideologia do Século XX com a “morte de Deus” por meio do fisiologismo. Centrado nesse argumento, enumera os recursos da inserção do fisiologismo dentro da sociedade liberal constituindo, em sua visão, a definição de Globalismo.

Para mencionar alguns dos instrumentos que identificamos: o desconstrucionismo linguístico, talvez seja o principal, que é a separação entre a palavra e a realidade, que também pode ser chamado de nominalismo, embora não seja exatamente o conceito da filosofia medieval de nominalismo, mas, enfim, a elevação de determinados conceitos, de determinadas palavras a um caráter absoluto onde já não se dialoga com a realidade. A ideologia de gênero. (Brasil, 2019a, pp. 279)

No artigo publicado pela revista *The New Criterion*, em janeiro de 2019, intitulado “Agora falamos”, o ex-Ministro das Relações Exteriores aprofunda o argumento da ameaça globalista destacando seus mecanismos de operação na sociedade e, principalmente, no Brasil. Ao traçar uma linha do tempo, justapõe o período ditatorial brasileiro com o período pós-redemocratização, aduzindo que foi levada a cabo por governos de esquerda com ideários marxistas, que almejavam instaurar o comunismo no Brasil.

[...] Ao mesmo tempo, a agenda de esquerda tomou a sociedade brasileira. A promoção da ideologia de gênero; o avivamento artificial de tensões raciais; a substituição dos pais pelo governo como provedor de “valores” para as crianças; a infiltração na mídia; o deslocamento do “centro” do debate para muito longe no campo da esquerda; a humilhação dos cristãos e a tomada da Igreja Católica pela ideologia marxista (e a consequente promoção do controle de natalidade); e assim por diante... (Brasil, 2019a, pp. 53)

A ex-Secretária Nacional da Família do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, Angela Gandra fez do combate à ideologia de gênero sua pauta mais cara. Em diversas manifestações nacionais e internacionais, nos congressos que tinham por tema família, lá estava

para elucidar os esforços do Governo Bolsonaro no combate, por meio do fortalecimento do poder patriarcal nas famílias, inclusive por meio de políticas públicas tendentes a aumentar a tutela jurídica das famílias frente ao Estado, como provedora da educação infantil.

Estamos trabalhando muito nas políticas públicas contra a 'ideologia de gênero'. Desde o primeiro momento, tiramos todas as cartilhas que tínhamos onde os pais eram preparados a ajudar seus filhos desde os dois anos a escolher seu sexo. [...] Muitas vezes, se assustam ao ver os frutos ou o material. [...] Há um projeto que prevê a não discriminação na escola e a 'ideologia de gênero' instalada no Programa Nacional de Educação. Então, buscamos o ministro que é o relator do processo e pedimos, em nome das famílias que estão muito assustadas, pois desde pequenos começam a promover a descoberta de um e outro sexo, desde os 4 anos. E aos 10 e 11 anos mais forte. (Gandra, 2021)

Em sua arguição na abertura da 74<sup>a</sup> Assembléia Geral das Nações Unidas, ocorrida no dia 24 de setembro de 2019, o então presidente Jair Bolsonaro aduz, à volta da perseguição religiosa, mencionando especialmente os católicos e à preocupação com a ideologia, que esvaziou a alma humana para preenche-la com manipulação e palavras de ordem. Esse posicionamento foi especialmente sentido no âmbito internacional pela falta de manutenção da busca pelo avanço das discussões em matéria de Direitos Humanos, ao contrário, tenta promover reinterpretações já consolidadas de instrumentos multilaterais bem aceitos para justificar retrocessos.

A ideologia invadiu a própria alma humana para dela expulsar Deus e a dignidade com que Ele nos revestiu. E, com esses métodos, essa ideologia sempre deixou um rastro de morte, ignorância e miséria por onde passou. Sou prova viva disso. Fui covardemente esfaqueado por um militante de esquerda e só sobrevivi por um milagre de Deus. Mais uma vez agradeço a Deus pela minha vida. A ONU pode ajudar a derrotar o ambiente materialista e ideológico que compromete alguns princípios básicos da dignidade humana. Essa organização foi criada para promover a paz entre nações soberanas e o progresso social com liberdade, conforme o preâmbulo de sua Carta. (Brasil, 2019c)

Sanders e Jenkins (2022) trazem o termo “populistas patriarcais”, por reconhecerem que os elementos tradicionais do discurso populista (autoritarismo, nacionalismo natalidade e tradicionalismo) são nutridos por argumentos contra a igualdade de gênero, em um esforço de realçar os ataques abertos aos Direitos das Mulheres. Para as autoras, líderes populistas patriarcais colocam em oposição o uma elite corrupta feminista contra aqueles cidadãos puros que se opõem a ela, fornecendo um fluxo ideológico e político de forma a acoplar ideologias populistas à ideologia sobre gênero, sexualidade, direitos reprodutivos e sexuais; por vezes também a vieses religiosos. Explicam que o termo patriarcal é usado para chamar a atenção a governos populistas que reforçam hierarquias de gênero baseadas no binarismo e na heteronormatividade, tentando obscurecer complexidades interseccionais, fortalecendo o

trabalho de governos conservadores e organizações que previamente espalharam ataques tradicionalistas ao Direito das Mulheres, amiúde associados ao nacionalismo e/ou à religião.

(essa cooperação entre governos populistas) evidencia uma característica central de *norm spoiling*, que é ser mais baseada em um inimigo comum do que em uma visão política substantiva uniforme. Dessa forma, diminuir normas é mais fácil que construí-las, já que não requer consenso ou alternativa. Ao mesmo tempo, através do ódio e hostilidade compartilhados frente aos Direitos das Mulheres e dos LGBTQIA+, diversos atores engajam em formas de cooperação e mimetização que os torna mas parecidos conforme trabalham para construir sociedades caracterizadas por relações patriarcais, heteronormatividade mandatória e a exclusão legal, até mesmo violenta, de pessoas tidas como desviantes ou subversivas. (Sanders e Jenkins, 2022, pp. 408, tradução própria)

Uma manifestação sintomática foi a renomeação do ministério que cuidava da pauta dos Direitos Humanos (que historicamente carregava esse título com um sentido progressista de alguma forma em seu nome, anteriormente à mudança era Ministério dos Direitos Humanos), durante a Gestão Bolsonaro, para Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e o apontamento de Damares Alves como ministra a chefiá-lo, por sua habilidade de restringir e desfazer tendências políticas de e em Direitos Humanos e avançar discussões religiosas, concomitantemente, além de criar dissabores entre burocratas e políticos. A escolha do nome do ministério foi feita para exacerbar o enquadramento sob o qual estes elementos serão tratados: a mulher e os Direitos Humanos, enxergados pelo viés da família. Amaral (2024), partindo de um estudo da teoria feminista das Relações Internacionais, joga luz na importância desse conceito e no contexto em que está inserido: entende que “com o próprio significado de “família” em disputa, acertar o que é uma “família” hoje implica examinar narrativas, discursos e dinâmicas de poder que estão ao seu redor” (Amaral. 2024. pp. 54). Assim, postula que a família é composta por

[...] diferentes dinâmicas de relações de poder que estão inseridas no contexto social mais amplo de hierarquias genderizadas e sexualizadas de poder autorreprodutoras. Isso implica que a ordem familiar reproduz as dinâmicas sociais mais amplas, mas que deve existir um esforço para mantê-las; o que se tem é um determinado modelo de “família” que melhor atende os objetivos de persistência desse sistema, sendo alçado ao status de norma e que passa, assim, a ser fomentado pelas instituições. (Amaral, 2024, pp. 73)

Para a leitura religiosa, a família é uma unidade sentimental, moral, mas sobretudo natural, inspirada por determinações biológicas que são traduzidas em perpetuação de reproduções, já datadas, de papéis sociais de gênero e que devem ser obedecidas afim de evitar-se a punição divina.

Como valores cristãos estão na base da plataforma política de Bolsonaro, com eleitores constituídos da direita religiosa, que galga cada vez mais espaço, não foi nenhuma surpresa que o MMFDH tornou-se, pela lógica populista, o espaço para ações que consolidem, impulsionem e institucionalizem a relação entre esses grupos religiosos, principalmente aqueles que seguem a vertente evangélica, o então Presidente e grupos neoconservadores, que se organizam para atacar discussões sobre gênero, papel social, racismo, direitos LGBTQIA+ em diferentes frentes políticas (Monte e Hernandez, 2022).

### 3.2.3. O Nacionalismo (Religioso)

O discurso religioso foi historicamente empregado por governos populistas como um modo de designar identidades e criar sensações de pertencimento, baseados na fé que professavam. No caso brasileiro, foi o Cristianismo (manifestado em algumas de suas vertentes), o escolhido para mobilizar a população, reinventar as relações entre Estado e sociedade, guiar o País em âmbito internacional. Emaranhar religião e Estado não é um recurso político novo ou exclusivo de governos de Direita Radical e populistas, o que sim os difere é empregar a religião como tática para permitir a aproximação a outros pares ideológicos. Utilizando-se das instituições de governança global e do pluralismo quando convém, estes governos tornam-nas palco para propagar discursos sentados em valores religiosos que permitem angariar a simpatia dos demais participantes que, ainda que professem outra religião, entendem que as bases morais e religiosas são comuns porque prezam por valores religiosos.

Tomando por base as ideias de contestação e substituição, cabe um olhar mais detido sobre como a Política Externa do ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro exerceu esses meios de contestação da ordem internacional liberal, os mecanismos empregados, além de como, se e em que medida logrou substituir os ideários brasileiros e quais as foram as implicações dessas contestações e substituições tanto no âmbito interno quanto no âmbito externo. No Brasil, esse discurso é assentado, em grande parte, no Nominalismo e no Nacionalismo, ao provocar o sentimento de dúvida e insegurança na parte da população que acredita serem os preceitos a base necessária da identidade nacional, ao mesmo tempo que promove a exclusão da parte da população que não se deixa reger por princípios religiosos, taxando-a de teofóbica, intolerante e responsabilizando-a pelo mal desenvolvimento nacional.

[...] Diz o lema do Barão: *Ubique patriae memor*. Normalmente se traduz como “em todos os lugares, lembrar-se da pátria”. Aqui, os senhores me perdoarão a um professor de latim frustrado, que nunca fui, antes de querer ser diplomata, para dizer

que está errada essa tradução. *Memor* é uma primeira pessoa. Então, na verdade é: “em todos os lugares, eu me lembro da pátria.” É um compromisso de vida pessoal que cada um de nós assume, e não uma simples anotação na agenda. Onde quer que seja, eu me lembro da pátria. E “eu me lembro da pátria”, aqui, não significa simplesmente que, quando estamos no exterior, devemos pensar no Brasil. Significa, se nós pensarmos no conceito de *Aletheia*: eu sinto essa verdade profunda que é a pátria, eu sinto o que é ter uma pátria e lembrar-se da pátria, portanto, como uma verdade central, essa verdade que liberta e que só se pode conhecer pelo amor. (Brasil, 2019a, pp. 20)

Além da *oikofobia*, o ódio contra o próprio lar, deveria preocupar-nos, também, cada vez mais, a *teofobia*, o ódio contra Deus. Há uma *teofobia* horrenda, gritante, na nossa cultura. Não só no Brasil, em todo o mundo. Um ódio contra Deus, proveniente sabe-se lá de onde, canalizado por todos os códigos de pensamento e de não pensamento que perfazem a agenda global. (Brasil, 2019a, pp. 26)

Com a menção a Deus e à religião, principalmente a cristã, figurando no seu discurso de posse, como indicam os trechos anteriores, Araújo toma a oportunidade para justificar a guinada religiosa dos princípios da política exterior brasileira devido à inédita eleição de um presidente que também é um exemplo de líder religioso, quase como um milagre.

Em outro excerto do artigo “Agora falamos”, publicado pela revista *The New Criterion*, agora aprofundando mais a faceta religiosa, fica evidente a preocupação em mostrar como a Coalizão Bolsonaro traz a figura de Deus para o centro das discussões políticas, quebrando a barreira entre fé e política, ao mesmo tempo em que busca aprofundar as relações com a parte da sociedade que subscreve a essa fé, mostrando que já não carecem de representação e força nacional.

Falar de Deus parece que preocupa as pessoas. Isso é triste. Mas o povo brasileiro não se incomoda. O governo Bolsonaro, ao qual sirvo como Ministro das Relações Exteriores, não liga para o que dizem os comentaristas ou para o que os incomoda: eles não entendem nada de quem Deus é, ou de quem o povo brasileiro é e quer ser. A preocupação deles é a de uma elite que está prestes a ser destituída. Eles têm medo porque não controlam mais o debate público, já não podem mais ditar os limites do que diz o Presidente ou quem quer que seja. A última barreira foi rompida: nós agora podemos falar de Deus em público. Quem poderia imaginar uma coisa dessas? (Brasil, 2019a, pp. 51)

Ainda na abertura da 74ª Assembléia Geral da ONU de 2019, o ex-Presidente discursou sobre a ameaça socialista que assombra a América Latina e seus efeitos no Brasil, como uma superpopulação de migrantes venezuelanos que demandaram esforços do Governo Federal para serem acolhidos. Tal fato levou-o a estreitar relações com países democráticos e soberanos, como os Estados Unidos e Israel, com destaque para a coordenação política e para a cooperação econômica e militar como forma de combate ao avanço ideológico.

Nos últimos anos, testemunhamos, em diferentes regiões, ataques covardes que vitimaram fiéis congregados em igrejas, sinagogas e mesquitas. O Brasil condena, energicamente, todos esses atos e está pronto a colaborar, com outros países, para a proteção daqueles que se veem oprimidos por causa de sua fé. Preocupam o povo brasileiro, em particular, a crescente perseguição, a discriminação e a violência contra missionários e minorias religiosas, em diferentes regiões do mundo. [...] É inadmissível que, em pleno Século XXI, com tantos instrumentos, tratados e organismos com a finalidade de resguardar direitos de todo tipo e de toda sorte, ainda haja milhões de cristãos e pessoas de outras religiões que perdem sua vida ou sua liberdade em razão de sua fé. (Brasil, 2019c)

O nacionalismo religioso é tanto um movimento de aproximação que exprimido através do sentimento de pertencimento do indivíduo a determinado Estado Nacional e a determinada religião, como uma forma de alienação daqueles não abarcados por estes elementos e combate às formas contrárias de pensamento. Desde o início do mandato, a Administração Bolsonaro vincula a projeção e a atuação internacional do Brasil aos valores e à moralidade religiosa, cristã no caso.

Durante um encontro de final de ano promovido pelo Itamaraty em 2020, o ex-Ministro das Relações Exteriores se deteve sobre a questão da perda da verdade para mesquinhas políticas que querem distorcer a narrativa em busca de poder. Para evitar que a realidade seja distorcida, deve-se lutar pela liberdade, que só pode ser garantida com a soberania nacional, seja em temas com Meio Ambiente, informação e tecnologia, ciência e saúde ou qualquer outro.

Queria dizer que precisamos pensar realmente em conjunto nesse mundo pós-COVID-19. Fala-se muito no *Great Reset*. [...] Quem vai dizer o que é esse *Great Reset*? Um grupo de iluminados? Eu tenho participado de algumas reuniões onde tem surgido esse tipo de tema [...] geralmente, eu sou a ovelha negra nesses debates, porque eu acho que ninguém, nenhum grupo de pessoas pode arvorar-se nesse grupo de grandes intelectos iluminados [...] Tenho colocado as minhas ideias, quando posso, contrariamente a isso. Acho que isso é contrário aos interesses dos nossos povos. É claro que precisamos mudar muita coisa, mas não podemos ceder as nossas soberanias e ceder os nossos interesses nacionais, as nossas identidades nacionais. [...] Temos de preservar a soberania nacional como *locus* da democracia. Temos de preservar os organismos internacionais como eles são, organismos *internacionais* e não *supranacionais*. (Brasil, 2021)

Em um encontro promovido pelo Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos do Brasil (CIMEB) que contou com cerca de 90% da representação evangélica do Brasil, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre dentre outros, que aconteceu no dia 11 de abril de 2019 no Rio de Janeiro, Bolsonaro profere:

Nós não fugimos a tradição nenhuma. Nós passamos a votar lá na ONU, nas questões dos Direitos Humanos, de acordo com João 8:32. E, de acordo com a verdade, então, por coincidência, passamos a votar junto com Estados Unidos e Israel, além de outros

países (...) Deus irá abençoar as nações que abençoarem Israel. A ‘menina dos olhos de Deus’ precisa da nossa ajuda, e a porta da bênção de Deus está aberta para as nações e igrejas. (Castro, 2019)

Conforme elucidam Simioni e Kyrillos (2024), o uso do dispositivo religioso posto em oposição ao socialismo e ao globalismo funciona porque o discurso da Coalizão Bolsonaro estabelece uma ideia do ex-Presidente como interlocutor entre Deus e seus fiéis, leia-se eleitores e, por isso, é quem irá se opor ao socialismo, globalismo, marxismo e à ideologia de gênero, seguindo o movimento da Igreja Católica, tendo em Bolsonaro seu *messias*. “O Estado é laico mas eu sou terrivelmente cristã! [...] Agradeço ao Presidente Bolsonaro mas, antes de tudo, agradeço a Deus por esta oportunidade.” (Alves, 2019) disse a ex-Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos em seu discurso de posse.

### 3.3.O Governo Bolsonaro e a Agenda de Gênero

Em 2019, quando Jair Bolsonaro assume a presidência, o projeto nacional passa a ter por base um modelo de “Política Externa Evangélica” (Guimaraes et al. 2023), que usa da retórica moral também como canal de comunicação aberta entre o então presidente e seu eleitorado, composto tanto por aqueles que efetivamente tem alguma crença de cunho religioso pré-estabelecida (grupos católicos e evangélicos, por exemplo), quanto por aqueles que apoiam um projeto nacionalista de bases ultraconsevadoras.

No que toca agenda de gênero, o aumento de movimentos transnacionais e mobilizações contra a “ideologia de gênero”, (entendida como uma coalizão global de países comunistas para promover a sexualidade, a promiscuidade e a dissolução de valores da família - religiosa - tradicional), engendrou as mudanças feitas pela Administração Bolsonaro, tanto interna quanto internacionalmente.

A necessidade de expandir as mudanças promovidas no meio interno, fizeram com que o Brasil redirecionasse suas alianças e aproximações de maneira sem precedentes, fato que deslocou o país de promotor da agenda de gênero (*gender advocacy*) para o epicentro da ação antigênero (*gender dismanteling*), facilitando a co-construção entre países de mesma ideologia e em apoio aos valores religiosos tradicionais e, assim, deixa claro que a prioridade é garantir que a política externa brasileira esteja de acordo com a retórica moral ultraconservadora característica do Governo Bolsonaro.

Em entrevista concedida ao veículo Brasil Paralelo em 17 de março de 2019, o ex-Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo expõe em grande extensão qual é a lógica do Globalismo e, em determinado momento, elucida como a ideologia de gênero veio a fazer parte de pauta, para subverter valores do pensamento nacionalista, conservador:

Eu acho que o mais grave do globalismo está na mente e no pensamento. Acho que o globalismo é perigoso porque é, sobretudo, um sistema de pensamento, ou de antipensamento. Eu vejo o globalismo muito como o processo pelo qual a ideologia marxista, a partir do começo dos anos 90, e, sobretudo, mais ou menos a partir do ano 2000, penetra na globalização econômica e faz dela o veículo da sua propagação. Então, justamente, através da globalização, começa a entrar com a sua agenda em temas como ideologia de gênero, em temas como o ambientalismo distorcido, e outros. E começa, sobretudo, a controlar o discurso, a dizer o que você pode dizer e o que você não pode dizer; e cada vez o que você pode dizer é menos, ocupa um menor espaço. (Brasil, 2019a, pp. 125-126)

Outra figura de bastante destaque da Coalizão Bolsonaro é a ex-Ministra do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves. Importa lembrar que Alves é pastora evangélica e advogada, foi Diretora de Assuntos Parlamentares da Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE) – que ficou conhecida por defender projetos de lei inspirados no Movimento Escola sem Partido e era pivotal na campanha antigênero ultraconservadora da política externa brasileira – era uma das principais apoiadoras do ex-Presidente Bolsonaro, pessoalmente e da Administração, sendo a segunda figura mais bem avaliada durante seu mandato<sup>7</sup>. Enquanto Ministra do MMFDH, Alves tinha significativo controle da agenda de Direitos Humanos e dado o posicionamento internacional que o Brasil buscava, sua atuação, notadamente nos assuntos sobre gênero da enfrentou poucos obstáculos. Para Selis e Prado (2021), sua nomeação “é o sintoma mais estrutural do deslocamento ideológico das políticas de proteção de minorias no país”, pois o esvaziamento da pasta de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade foram frequentes desde então. Os desmontes internos incluem a retirada da comunidade LGBTQI+ da carta de diretrizes de Direitos Humanos – um documento feito pelo governo com meios de dirimir a vulnerabilidade socio-econômica e político-jurídica – o desfinanciamento de projetos específicos, a extinção dos Comitês de Gênero e de Diversidade e Inclusão; ao mesmo tempo que se articula com grupos da sociedade civil e ativistas contrários ao aborto.

---

<sup>7</sup> Estúdio i, Globonews. Reportagem disponível na íntegra em: <https://g1.globo.com/globonews/estudio-i/video/damare-alves-e-a-segunda-ministra-mais-bem-avaliada-do-governo-bolsonaro-8151099.ghtml>.

Em âmbito internacional, os discursos feitos pela Ministra Damares Alves representam perfeitamente como a mobilização do termo “família” é usado a fim de denunciar uma corrupção, atrelada a governos anteriores, com foco nas administrações do Partido dos Trabalhadores (PT), não só monetária, como moral, até espiritual e antinatural, que somente será corrigida se o Brasil voltar-se aos princípios tradicionais, ou seja, àqueles pregados pela religião.

[...] uma nação que estava mergulhada em uma onda de violência e este homem dizia nos bastidores “precisamos investir em famílias para que esta nação cresça e reestabeleça a paz.” E o povo brasileiro ouviu o recado e elegeu Jair Bolsonaro como seu presidente. (...) a nação brasileira tem pela primeira vez o Ministério da Família, pela primeira vez a nação brasileira está investindo em família (...) O Brasil reconhece o papel importante das famílias na promoção e proteção dos Direitos Humanos. O Brasil considera que é necessário proporcionar um ambiente familiar saudável de modo a garantir um local seguro para as mulheres e crianças e para poder combater e prevenir violência e discriminação. Não há como priorizar a família sem investir nas nossas crianças, respeitando-as com integridade, tratando-as como crianças que são e dizemos um não bem grande e sonoro a ideologia de gênero. (Brasil, 2019d)

Tanto em seu discurso na 49ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas em 2019 (HRC na sigla em inglês), quanto nas sessões da 66ª Comissão sobre a Situação da Mulher das Nações Unidas (CSW na sigla em inglês) em 2022, a Ministra usa seu tempo no palanque apresentar programas do governo de Jair Bolsonaro: em 2019, lista uma série de medidas ainda a serem tomadas sobre o enfrentamento ao racismo, à discriminação à população idosa, LGBTQIA+, deficiente, originária; combate à violência contra a mulher, à corrupção e à discriminação religiosa. Em 2022 a pauta não mudou muito, mesmo com os demais países discursando com enfoque na crise ucraniana, a Ministra optou em manter seu sobre as medidas (dessa vez já implementadas) pelo Governo Bolsonaro, com foco em medidas e iniciativas sobre Pandemia do COVID-19, racismo, a defesa de medidas contra o aborto e de minorias, entre elas os indígenas, inclusive sobre a transposição do Rio São Francisco (Chade, 2022).

A cruzada antigênero, embora tenha ganhado corpo nas políticas públicas brasileiras através da Educação, especialmente a partir do advento do grupo Escola Sem Partido e da mobilização dele decorrente, durante a Administração Bolsonaro o pensamento ultraconservador da direita radical coloca a Política Externa como um dos principais espaços em que diretrizes das campanhas antigênero se expressaram com mais intensidade (Corrêa, 2024). A atuação do MMFDH reforça a presença dessa cruzada no âmbito interno de planejamento e prática das políticas públicas de direitos humanos, impactando e influenciando as participações oficiais brasileiras em instâncias de governança global e órgãos internacionais (Amaral, 2024). O

Ministério das Relações Exteriores, juntamente ao MMFDH foi responsável por servir de catalisador para o uso da agenda de gênero como estratégia para remodelar a atuação do País de *gender advocacy* para rupturas com as tradições e o protagonismo do *antigender*: “ambas instâncias confirmam uma política externa com sensibilidade baixa ou inexistente com relação aos compromissos de combate à discriminação e à violência de gênero” (Selis e Prado, 2021, pp. 8).

Como não se pode deixar de mencionar, o protagonismo de Damares Alves e Angela Gandra na coparticipação brasileira na criação da Declaração de Consenso de Genebra na Promoção da Saúde da Mulher e no Fortalecimento da Família, em setembro de 2020, pode ser considerado um expoente em suas carreiras e da cruzada antigênero, já que é formado por um conjunto de países que compartilham de uma posição não só contrária, como condenatória, do aborto e do casamento entre pessoas não-heteronormativas, tendo por base a família tradicional religiosa e que ancora sua existência em subverter fundamentos já pacificados no Direito Internacional e nos Direitos Humanos, violando explicitamente normas sobre direitos reprodutivos, sexuais e de saúde da mulher.

Durante a cerimônia virtual de assinatura do Consenso, protagonizada por Damares e Araújo, que aconteceu no dia 22 de outubro de 2020, a ex-Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos declara:

[...] O Brasil reitera o seu compromisso com a proteção integral e a promoção da saúde de todas as mulheres e meninas, inclusive a saúde sexual reprodutiva, desde que compreendida dentro de um contexto geral de bem-estar familiar com a devida proteção tanto às grávidas quanto aos nascituros. Portanto, celebramos que o texto da Declaração ora assinada consagre a inexistência de um direito à interrupção voluntária da gravidez, como às vezes se afirma em determinados fóruns internacionais. Que se diga abertamente: nada no Direito Internacional dos Direitos Humanos fundamenta esse hipotético direito de valer-se do aborto com opção do planejamento familiar. Neste contexto, conclamamos aos Estados a promover o bem-estar da família e a saúde da mulher, seja ela da cidade do campo e da floresta com ênfase nos direitos humanos consensualmente reconhecidos pela sociedade internacional. (Brasil, 2020b)

Em discurso no senado estadunidense, realizado em 18 de novembro de 2022, a Secretária Nacional da Família, Angela Gandra, felicita o 2º aniversário da Declaração que “nos uniu a defender e proteger direitos humanos constitutivos e essenciais decisivos para a sustentabilidade das relações.”. Aponta estratégias de fortalecimento dos vínculos da família e a transversalização desse tema, a defesa da vida como o primeiro direito humano.

### 3.3.1. Process Tracing da atuação do Governo Bolsonaro em gênero

Os processos aqui teorizados (Processo Interno e Processo Internacional) têm como causa comum a ideologia Bolsonarista, que assume contornos internos diferentes daqueles externos, vez que são as mudanças engendradas dentro do Poder Executivo que vão servir de pilar para a formulação da nova política exterior brasileira em gênero. Inicialmente cabe ressaltar que a propagação do discurso dessa vertente, em ambos os processos, age em duas frentes: a Linha Discursiva, que visa estabelecer um diálogo de coconstituição com a população brasileira enquanto um todo, destacando por vezes seu eleitorado e a Linha Executiva, que visa aos integrantes do governo, dos demais Estados, às instituições internacionais, etc. A separação em dois processos é meramente didática e não significa que estão apartados um do outro, ao contrário, os discursos analisados que formam a Linha Discursiva conferem a moldura pela qual as ações que são apresentadas na Linha Executiva devem ser interpretadas. Seja em qualquer uma dessas frentes, o discurso flui seguindo a mesma lógica, sendo que as especificidades de cada uma das Linhas aparecem oportunamente em seus processos: em primeiro lugar, faz-se um estudo e mapeamento do meio e cooptam-se pares, em segundo lugar, passa-se à desobstrução e esvaziamento da substância em tela para, em terceiro lugar, (re)preenchê-la e ressignificá-la; uma vez executadas estas etapas, para que se possa falar em efetiva subversão de determinado tema/conceito, é necessário que novas ordens, manifestamente contrárias às ideias e conceitos anteriores, passem por esse canal recém aberto de comunicação e, sem que haja obstruções, sejam executadas em sua totalidade, de forma a construir um repertório de práticas diametralmente opostas às anteriores.

Faz sentido iniciar a discussão pelo Processo Interno já que parte-se do pressuposto que a identidade nacional é a base de constituição e legitimação da política externa a ser seguida naquele mandato (Casarões e Farias, 2021; Saraiva e Albuquerque, 2022), ao mesmo tempo que a constitui e legitima (Hansen, 2006).

Para a Linha Executiva do Processo Interno, Figura 2, o mapeamento do cenário político-administrativo fora feito durante o período de campanha eleitoral a fim de que já estivesse pronto para uso quando da posse. Desse modo, a etapa inicial é de angariação de pares de ideologia semelhante, com o intuito de dirimir oposições às mudanças políticas que seriam promovidas. Em um segundo momento, passa-se à reforma governamental, para refletir a ideologia defendida e sustentar o apoio contra as investidas da oposição agora já com os pares delimitados e a reforma institucional posta em prática para substituir reposicionar cargos e pessoas. No terceiro momento do processo, novas ordens são passadas dentro do Poder

Executivo, principalmente no Ministério das Relações Exteriores, condizentes às novas diretrizes ideológicas.

Embora a análise de como essas mudanças foram percebidas pelo Ministério das Relações Exteriores seja tema do próximo capítulo, evidencia-se aqui, mais uma vez, os cumprimentos de final de ano feitos no Ministério em 2020, ocasião em que Araújo opta por retomar a discussão sobre a importância dos conceitos enquanto base para uma forte formação cognitiva que não sucumbirá aos imbricamentos futuros.

Então, nós temos procurado introduzir essa dimensão do não material, digamos assim, da dimensão espiritual do ser humano. Uma das nossas iniciativas leva-me a parabenizar o Embaixador Fabio Marzano, professor do curso de “Clássicos”, que nós introduzimos no Instituto Rio Branco; ele acaba de organizar uma publicação com ensaios selecionados produzidos pelos alunos do Instituto Rio Branco nessa matéria de “Clássicos”. São ensaios extraordinários que vão desde Platão, Santo Agostinho até Proust, Nietzsche, enfim, diferentes abordagens. Claro que não é um curso para ensinar toda a tradição ocidental – isso é impossível; nenhum de nós nem a domina, mas para estimular as pessoas a viverem nesse mundo das ideias, nesse mundo do espírito, *lato sensu*, tanto do espírito do ponto de vista filosófico quanto especificamente da religião, para compreender a profundidade enorme das nossas tradições culturais. (Brasil, 2021)

Figura 2 - *Process Tracing* da Linha Executiva Interna

		Parte 1	Parte 2	Parte 3	Outcome	Output
<b>Linha Executiva</b>	<b>Ação</b>	Angariação de pares com a mesma ideologia para dirimir oposições	Reforma institucional com substituição e reposicionamento de cargos e pessoas	Novas ordens no Executivo com foco no Ministério das Relações Exteriores	Determinação da nova Política Externa Brasileira	Necessidade de projeção internacional

Fonte: autoria própria

Para a Linha Social do Processo Interno, Figura 3, que também já possui prévio mapeamento e assentamento de base na etapa de campanha eleitoral, o aprofundamento da construção da identidade coletiva tem como força motriz o Antiglobalismo, a moral religiosa tradicional, o nominalismo e o nacionalismo que entram não só como características do Bolsonarismo no Brasil, como motivação também. Os meios de redesignação identitária se dão através da reestruturação léxico-semântica, com o apagamento de signos proibidos e a reinterpretção do vocabulário remanescente (Amaral, 2024; Carneiro, 2023; Corrêa, 2024; Hansen, 2006).

A lógica desse pensamento é de combater, para posteriormente substituir, a mentalidade corrente Globalista que quer subverter os verdadeiros valores brasileiros e apoiar o comunismo. Desta forma, o preenchimento se dá, em um segundo momento, com a prescrição de novas identidades sociais por meio da redesignação de pessoas e ressignificação de conceitos, o que acaba por gerar uma clivagem social: o grupo não abarcando pela nova identidade nacional pressiona por uma redução de impactos, ao passo que o grupo abarcando pressiona para que essa nova identidade seja refletida e delimite, exclusivamente, o novo interesse nacional, além de mais mudanças políticas-administrativas.

Um exemplo é a corrupção da verdade por ideologias socialistas aduzida por Bolsonaro na 74ª Assembléia Geral da ONU. Neste excerto, argumenta que o povo brasileiro foi ludibriado por este pensamento, que posta ser uma ameaça aos valores tradicionais defendidos pelas democracias e respaldados na religião.

O Brasil que represento é um país que está se reerguendo, revigorando parcerias e reconquistando sua confiança política e economicamente. Estamos preparados para assumir as responsabilidades que nos cabem no sistema internacional. Durante as últimas décadas, nos deixamos seduzir, sem perceber, por sistemas ideológicos de pensamento que não buscavam a verdade, mas o poder absoluto. A ideologia se instalou no terreno da cultura, da educação e da mídia, dominando meios de comunicação, universidades e escolas. A ideologia invadiu nossos lares para investir contra a *célula mater* de qualquer sociedade saudável, a família. Tentam ainda destruir a inocência de nossas crianças, pervertendo até mesmo sua identidade mais básica e elementar, a biológica. O politicamente correto passou a dominar o debate público para expulsar a racionalidade e substituí-la pela manipulação, pela repetição de clichês e pelas palavras de ordem. (Brasil, 2019c)

A designação ontológica é parte fulcral de governos populistas: o discurso que cria uma barreira quase intransponível que separa “o povo” da “elite” detentora do poder e que os meios de articulação dessas demandas populares, que permitiriam ao povo ascender e substituir a elite, só seriam conhecidas pelos líderes. Controlar a ontologia é decidir a construção da identidade coletiva (Amaral, 2024; Hansen 2006). Assim, o interesse nacional recém-criado e a necessidade de se projetar a nova personalidade deverão determinar a nova política externa brasileira que, a seu turno, servirá como instrumento de tanto da internacionalização do “novo Brasil” como de política exterior. As múltiplas reconstruções de identidades como “povo”, “nação”, “Estado” via o discurso da política externa, para autores como, Hirst e Maciel (2020), Guimarães e Silva (2021), Do Monte e Hernandez (2022) é o que permite que líderes populistas se digam os únicos capazes de expressar as verdadeiras demandas populares no âmbito internacional, já que no âmbito interno os outros governantes são corruptos, egoístas e não

seguem os “bons costumes” morais e religiosos, traindo a confiança depositada neles pela população.

Seguindo o fluxo processual proposto para esta Linha, a subversão se dá sempre e quando a remodelagem do interesse nacional ocorra sem qualquer contemplação dos excluídos socialmente. No caso do Brasil, pode-se afirmar que a reforma do interesse nacional pela Administração Bolsonaro aconteceu com ajustes limitados, já que o grupo opositor à prescrição de novas identidades exerceu resistências variadas (mobilização política, do Judiciário, do Legislativo, social, etc). Apesar disso e da pluralização de atores com influência em seu processo de criação e manutenção, a política externa ainda continua muito setorizada em determinadas partes do Poder Executivo, principalmente no Itamaraty e distante da população, motivo pelo qual o então Presidente usou esse espaço para fazer declarações voltadas ao aprofundamento de sua relação com seus eleitores. Para um olhar desatento, alinhar as ações internacionais à tradição moral (e à agenda) religiosa de um número significativo de brasileiros pode ser confundida como a democratização da política externa, mas não o é, como apontam Monte e Hernandez (2022).

Figura 3 - *Process Tracing* da Linha Discursiva Interna

		Parte 1	Parte 2	Parte 3	Parte 4	Outcome	Output
<b>Linha Discursiva</b>	<b>Ação</b>	Reestruturação léxico-semântica	Ressignificação de instrumentos internacionais consolidados, para deslegitimar a interpretação da atual OIL	Prescrição de novas identidades sociais (designação ontológica)	Clivagem social em grupos "pro" e "contra"	Remodelagem do interesse nacional com ajustes limitados	Necessidade de projeção internacional

Fonte: autoria própria

Dada essa nova perspectiva governamental, as relações internacionais brasileiras estavam guiadas pela crítica às instituições e organizações globais que tivessem agendas conflitantes com os valores morais conservadores e religiosos, o multilateralismo, a governabilidade e a soberania (Hirst e Maciel, 2020). Essa mudança retórica, assim, justifica a necessidade da busca internacional de pares que partilhem de valores, entendimentos e comportamentos semelhantes, para que se coadunem no avanço das discussões conservadoras de governança global e à vez que tolgem a propagação de iniciativas em matéria de gênero.

Os contornos assumidos no Processo Internacional podem igualmente ser bifurcados na Linha Executiva, que abrange a condução da política externa brasileira em relação a outros

Estados, instituições e outros atores internacionais e na Linha Discursiva, que contém as manobras empregadas no campo lexical.

O processo de esquematização da Linha Executiva do Processo Internacional, Figura 4, se inicia com a busca e mapeamento de foros e países que partilham de valores morais e políticos semelhantes aos defendidos pelos representantes da direita radical Bolsonaroista brasileira, com vistas à integração de agendas.

Ao longo deste ano, estabelecemos uma ampla agenda internacional com intuito de resgatar o papel do Brasil no cenário mundial e retomar as relações com importantes parceiros. Em janeiro, estivemos em Davos [...] em março, visitamos Washington onde lançamos uma parceria abrangente e ousada com o governo dos Estados Unidos em todas as áreas, com destaque para a coordenação política e para a cooperação econômica e militar. Ainda em março, estivemos no Chile, onde foi lançado o PROSUL, importante iniciativa para garantir que a América do Sul se consolide como um espaço de democracia e de liberdade. Na sequência, visitamos Israel, onde identificamos inúmeras oportunidades de cooperação em especial na área de tecnologia e segurança. [...] Visitamos também um de nossos grandes parceiros no Cone Sul, a Argentina. Com o Presidente Mauricio Macri e nossos sócios do Uruguai e do Paraguai, afastamos do Mercosul a ideologia e conquistamos importantes vitórias comerciais, ao concluir negociações que já se arrastavam por décadas. [...] Como os senhores podem ver, o Brasil é um país aberto ao mundo, em busca de parcerias com todos os que tenham interesse de trabalhar pela prosperidade, pela paz e pela liberdade. (Brasil, 2019c)

Retomando o discurso feito na abertura da 74ª Assembléia Geral da ONU, trazido pelo excerto acima, o ex-Presidente Bolsonaro enumera as aproximações feitas aos países tidos pelo governo como democráticos à medida que também demonstra o afastamento daqueles tidos como comunistas/socialistas, ainda com forte sentido securitário, quase como indispensável para a defesa da soberania nacional.

Mostrando o protagonismo brasileiro, ainda que descaracterizado seja o tema, Damares segue a deixa e busca pares em países como Hungria, com seu discurso pró-família como norteado das aproximações e iniciativas brasileiras, durante o Segmento de Alto Nível da 40ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra.

[...] eu não poderia deixar de aproveitar essa oportunidade para convidar todos Estados aqui representados para se juntar a nós na formação de um grupo de países “amigos da família” para no âmbito da Organização das Nações Unidas defender e resgatar os valores que alguns setores tendem muitas vezes a ignorar. (Brasil, 2019d)

Em um segundo momento, a participação ativa em e a criação de instituições voltadas à retórica moral religiosa ultraconservadora e antiglobalista se dá não só para testar o suporte e a força das agendas dentro desse novo grupo de países, como também para colocar empecilhos

ao progresso das discussões da Agenda de Gênero, seja em reuniões oficiais, temáticas ou cerimoniais dentro de organismos multilaterais ou mesmo em âmbito bilateral – etapa esta que depende muito de como a é retroalimentada pela Linha Discursiva já que as constrições provém principalmente de mudanças textuais, léxicas e semânticas, que permitem ora uma nova interpretação do instrumento discutido ora reescritas completas. O processo segue com a consolidação do instrumento internacional discutido (pode ser a aprovação, promulgação, adoção, recomendação...) e o foco reside em produzir barulho para trazer visibilidade às alterações textuais propostas e acatadas, de modo que tais instrumentos sejam aprovados com as censuras feitas a termos como “gênero”, “paridade”, “igualdade”, “equidade” de gênero; uma manobra para mostrar a criação de um padrão disruptivo que desafia a atual ordem internacional, exacerbando o constrangimento e/ou anulação dos instrumentos internacionais que até então garantiam a progressão de temas dentro da agenda. Um exemplo amplamente noticiado ocorreu em junho de 2019 quando o então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, instruiu diplomatas brasileiros a abolir o termo “gênero” dos debates internacionais e passar a defender tão somente a existência de (dois) sexos biológicos, consciente dos inúmeros prejuízos que isso implica.

Retome-se a manifestação da ex-Ministra Damares quando da Cerimônia de Transmissão de Cargo, em janeiro de 2019, ocasião em que reitera os conceitos que são sancionados pela Administração Bolsonaro, conferindo-lhes a interpretação que tem por respaldo os valores religiosos defendidos.

Em 2018, a Declaração Universal dos Direitos Humanos completou 70 anos. Temos muito a comemorar, no entanto, ainda temos muito no que avançar. [...] temos que avançar políticas públicas que sejam duradouras e promovam ao nosso povo melhores condições de vida plena. E por falar em vida, falo vida desde a concepção. [...] No que depender deste governo e desta equipe, sangue inocente não será mais derramado neste país! Este é o Ministério da Família [...] este é o Ministério da Criança e do Adolescente, nossas meninas e meninos estão entre os bens mais preciosos da nação. E neste governo, meninas serão princesas e meninos serão príncipes. E está dado o recado: no Brasil tem meninas e meninos e ninguém vai nos impedir de dizer isso. (Alves, 2019)

Atingida este resultado mais mediato (*outcome*) de aprovação e divulgação dos conceitos ressignificados, no médio prazo (*output*) já seria possível afirmar que quando que tais instrumentos forem aprovados, divulgados, validados, ratificados e passem a produzir efeitos internamente, formando um consolidado de práticas, entendimentos e interpretações, sociais e judiciais, que vão em contra as garantias, direitos e liberdades tais como eram defendidas e ainda assim prevalecem, há sequestro e subversão dos temas atinentes à agenda de gênero. A

partir do momento que estas mudanças se concretizam na sociedade, o impacto do desmonte é pacífico no longo prazo.

Figura 4 - *Process Tracing* da Linha Executiva Internacional

		Parte 1	Parte 2	Parte 3	Parte 4	Outcome	Output
Linha Executiva	Ação	Procura e alinhamento a pares de direita radical	Participação/ criação em organizações de valores morais e religiosos ultraconservadores	Angariar e testar o suporte de países aliados	Mobilizar as partes para restringir avanços na Agenda de Gênero e avançar pautas conservadoras	Aprovação de instrumentos internacionais que colidem ou invalidam os anteriores	Consolidação da nova ideologia, formação de novas práticas e entendimentos que subvertem direitos e liberdades fundamentais já consolidados

Fonte: autoria própria

Para a Linha Discursiva do Processo Internacional, Figura 5, que igualmente tem o Bolsonarismo como causa, o início do processo se deu durante o período de campanha política, com o mapeamento do público-alvo. Aqui o objetivo é, antes de tudo, nivelar o discurso para que chegue de maneira efetiva e disseminada, permitindo que se ancore nos atores através de um ou mais elementos da retórica Bolsonarista.

Uma vez estabelecido o canal discursivo, passa-se à reestruturação do vocabulário de gênero já existente para (re)alinhá-lo a uma interpretação mais restritiva, tida com base em preceitos ultraconservadores morais-religiosos, inclusive valendo-se do uso de entendimentos deturpados de instrumentos internacionais como a própria Carta de São Francisco, a Convenção de Direitos do Homem e do Cidadão, a Declaração Universal de Direitos Humanos e os Planos e Plataformas de Ação das Conferências das Nações Unidas Sobre a Situação da Mulher, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher e tantos outros para refletir tais valores.

Citam-se algumas ocorrências da reinterpretção desses instrumentos abaixo e respectivamente: durante o discurso da ex-Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, na abertura do Segmento de Alto Nível da 40ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas em Genebra e a arguição do ex-Ministro das Relações Exteriores pendente a 46ª Sessão também do Conselho. Em ambos os casos, fica notório o uso restritivo das Declarações que outrora serviram de base para a progressão de discussões em matéria de Direitos Humanos, atrelando sua interpretação aos valores tradicionais de bases religiosas.

Defenderemos tenazmente o pleno exercício por todos do direito à vida desde a concepção e à segurança da pessoa, em linha com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos, bem como, no âmbito regional, com o Pacto de São Jose da Costa Rica. (Brasil, 2019b)

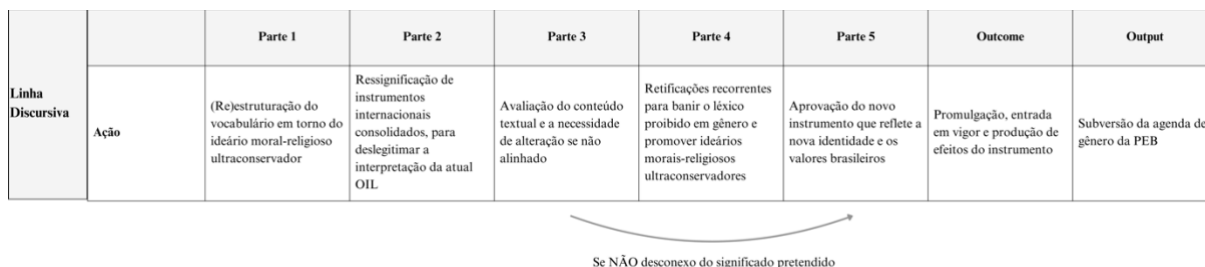
[...] Tenho a satisfação de dirigir-me a todos, nesta quadragésima sexta sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, ao lado de minha querida colega, Ministra Damares Alves, Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. O Brasil valoriza este Conselho como espaço indispensável, onde nações soberanas podem debater as questões mais urgentes que afetam os direitos humanos no mundo. Acreditamos que o Conselho enfrenta, hoje, alguns dos desafios mais sérios desde sua criação. As bases do Direito Internacional dos Direitos Humanos foram assentadas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que definiu claramente as liberdades fundamentais como elemento determinante da dignidade de todas as pessoas. No entanto, as liberdades fundamentais são hoje ameaçadas por desafios crescentes e a crise da COVID apenas contribuiu para exacerbar essas tendências. [...] Assim, reafirmamos nossa determinação de, em conjunto com todas as nações, trabalharmos por uma ordem internacional que honre os padrões estabelecidos na Declaração Universal e em outros tratados internacionais de direitos humanos, diante dos desafios do presente. (Brasil, 2021b)

Seguindo o processo, faz-se uma atribuição de pertinência destes textos reestruturados e, caso ainda não estejam alinhados à nova retórica, despendem-se esforços para reescrevê-los até que atinjam o nível desejado, tanto material (em suas ideias almejadas) quanto formalmente (nas palavras empregadas). Quando este processo ocorre no interior de uma discussão para um novo instrumento internacional, por exemplo, passam-se vetos, edições, reescrituras até que o novo texto não contenha nenhum léxico proibido ou daninho à causa e esteja de acordo com o ideologicamente esperado, momento em que é aprovado. O processo então segue com a reintrodução do novo texto reeditado, que por ter como base princípios do rechaço ao multilateralismo e ao diálogo aberto, às instituições internacionais, à outras ideologias e valores religiosos ultraconservadores, acaba por refutar conquistas em termos de Direitos das Mulheres e todo o processo de luta árdua percorrido pra que a Agenda de Gênero seja contemplada com direitos, garantias e liberdades fundamentais inerentes à mulher, pela sua condição de mulher, da mesma forma que os direitos humanos são inerentes a todos os seres vivos, dada sua condição de humanidade.

No curto prazo (*outcome*), o desmonte se configura com a prática dos novos preceitos textuais, sejam provenientes de uma norma editada em meios nacionais – dados os instrumentos que assim o determinem – ou decorrente de acordo firmado internacionalmente, sempre e quando forem completas e sem ressalvas, mesmo se contrárias às normas até então vigentes. Em médio e longo prazo (*outcome*) a prática reiterada e a difusão dessa nova mentalidade concretizada – já que não se trata de mero conflito aparente entre uma interpretação mais restritiva ou menos restritiva, que poderia surgir de dúvidas de aplicação da norma a um caso concreto, como entender aplicável a Lei 11.340/06 “Maria da Penha” em uma relação homoafetiva, ou entender que mulheres devem ter maior proteção e garantia quanto aos direitos reprodutivos, por exemplo – são capazes de gerar, paulatinamente, um acúmulo de precedentes

históricos de abandono a direitos e garantias conquistadas até o ponto de total esquecimento prático (quicá histórico); o apagamento é total e a manutenção do pensamento é condição necessária.

Figura 5 - *Process Tracing* da Linha Social Internacional



Fonte: autoria própria

É importante notar como a estratégia de *norm spoiling*, ou seja, da contestação das normas atuais existentes tanto no plano nacional quanto internacional, da Administração Bolsonaro, se concretiza através do discurso. Sanders e Jenkins (2024) estabelecem três táticas principais empregadas por atores *spoilers* no âmbito do direito das mulheres: i. controle do que se advoga através de políticas; ii. alteração, reestruturação e/ou resignificação dos significados e interpretações dos direitos, reenquadrando-os como ataques a outros direitos e iii. apagamento conceitos e signos de instrumentos internacionais.

Ao usar dessas táticas, autores implementam diferentes meios pelos quais bloqueiam, reestruturam e revogam o desenvolvimento do campo desmantelado. Para a agenda de gênero, avançam interpretações já existentes, mas que ainda não encontram respaldo internacional no ponto que desejam: é o caso do direito do feto à vida, que no cenário jurídico-institucional brasileiro ainda não é objeto de tutela estatal dessa forma<sup>8</sup>, o direito *da* família, entendida como

<sup>8</sup> Reconhecendo que essa discussão não é o centro desta pesquisa, elenca-se, apenas a título de curiosidade, que existem três correntes majoritárias sobre a garantia de direitos do nascituro (pessoas não nascidas ainda): a natalista, que defende que a capacidade jurídica (aptidão fática de titularizar direitos e contrair obrigações) está inexoravelmente ligada à personalidade jurídica (aptidão teórica de titularizar direitos e contrair obrigações que começa do nascimento com vida – art. 2º, CC), de forma que se a personalidade jurídica ainda não é reconhecida àqueles que não nasceram, tampouco é a capacidade, ou seja, não há garantia de direitos, apenas mera expectativa; a concepcionista, que entende que a personalidade jurídica se inicia com a concepção, embora alguns direitos só possam ser exercidos com o nascimento; e a teoria da personalidade condicional, segundo a qual a personalidade

sujeito (não personificado) de direitos, o que tampouco é o caso no cenário brasileiro que jamais atribuiu à família algum direito (entende-a como instituição, organização, associação, mas não sujeito).

O excerto abaixo resume de maneira muito importante como a pauta de avanço de políticas públicas sobre o direito do nascituro foi usada para projeção internacional da imagem brasileira. Durante o 13º Congresso Internacional das Famílias, que aconteceu na Itália em 2019, a ex-Secretária Nacional da Família usou o aborto, a falta da garantia jurídica brasileira à concepção e o tema da família como palco para mostrar como não só como a política externa brasileira estava em sintonia com as políticas públicas empenhadas internamente, cita-se diversos programas que tem por base o “fortalecimento da família”, como angaria pares de mentalidade parecida para facilitar a cooperação e a troca entre estas políticas.

Na última semana, tive a oportunidade de participar do 8.º Congresso das Famílias, em Verona, na Itália, para o qual fui convidada como Secretária Nacional da Família. Não tinha ideia da magnitude do evento, que atraiu massivamente a mídia europeia, pelo simples fato de tratar dos temas: família e vida. [...] O título inicial do congresso era *The wind of change: Europe and the Global Pro-Family Movement* e nele pude comprovar o quanto a temática é realmente uma meta mundial. Fui colocada no painel “*A case of optimism*”, discorrendo sobre o momento histórico brasileiro e sobre o ministério que une mulher, família e direitos humanos, sendo especialmente aplaudida quando mencionei a transversalidade da família nas políticas públicas e a clareza de nossa ministra Damares Alves ao declarar audazmente em Genebra que acolhemos a vida desde a concepção. [...] Nesse sentido, chamou-me a atenção um vídeo denominado *The Magical Cannal* (“o canal mágico” em tradução livre para o português, em referência ao canal vaginal) mostrando um bebê sem direitos humanos até deixar o ventre da mãe, e, em seguida, miraculosamente sujeito de direitos humanos, avalizando nossa defesa a partir do contrassenso dessa ideia. Entre tantos aspectos apresentados, como a tutela jurídica da família; a crise demográfica europeia; a saúde, a projeção profissional e a dignidade da mulher; a beleza do amor e da sexualidade humana; relações familiares; educação; carinho e solidariedade intergeracional e a promoção da família como pilar do desenvolvimento econômico e social verdadeiramente sustentável, destacaram-se a presença de políticos italianos e a veemência com que defenderam a família como um valor humano decisivo. (Academia Paulista de Letras Jurídicas, 2019)

Por meio de uma interpretação estratégica das normas e conceitos como “proteção à vida” e “família”, jogam com a subjugação dos Direitos das Mulheres a outros princípios de Direitos Humanos que melhor se enquadram na ideologia de direita radical. Quando não conseguem controlar os signos perigosos da agenda de gênero, precisam proceder à exclusão textual e ao seu apagamento social, na tentativa de conter outras correntes ideárias ou interpretativas mais

---

jurídica fica submetida à capacidade jurídica, ou seja, os direitos titularizados pelo nascituro se concretizam quando do nascimento e da primeira respiração.

favoráveis aos avanços do tema. Essa tática é especialmente comum no âmbito da ONU, pois os *spoilers* já estão adaptados à burocracia que lá encontrarão, inclusive, propagando guias de atuação para melhor avançar as pautas religiosas-ultraconservadoras.

Esse caso merece especial destaque por consolidar os argumentos aqui apresentados: a ONG Family Watch International, que como o nome sugere é uma organização sem fins lucrativos, estadunidense, criada em 1999 e que serve como consultora ao ECOSOC. Sua missão é “proteger e promover a família como unidade fundamental da sociedade, nos níveis locais, nacionais e internacionais, através da educação, do *advocacy* e da ajuda humanitária pro-família; proteger a família através da proteção e promoção do casamento tradicional, salvaguardando direitos parentais, defendendo a vida humana e sustentando a liberdade religiosa e protegendo a saúde e a inocência das crianças”. Suas posições (em) políticas são baseadas em estudos científicos, dados das Ciências Sociais e aprendizados históricos, sendo comprovadas como produtoras dos melhores resultados para homens, mulheres, crianças e, portanto, para a sociedade.”. Em 2013, a FWI publicou um guia de 90 páginas<sup>9</sup> que “contém uma linguagem consensual da maior parte dos tratados e documentos das Nações Unidas que apoiam a família”, com “tópicos organizados em ordem alfabética para rápido acesso de provisões anteriores que podem ser usados para influenciar documentos e políticas correntes ainda em negociação”, além de uma parte dedicada às “ideias e dicas de como analisar documentos da ONU”.

Ao folheá-lo, percebe-se a deturpação do entendimento que os Direitos Humanos, devem ser entendidos como tendo caráter universal, indivisível, interdependentes e interrelacionados, assim, NÃO é mais vigente o relativismo cultural que violem-nos. Não se trata de uniformizar os Estados e suas culturas, o que se consagra na 2ª Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos em Viena de 1993 é a proibição dos Estados de invocar sua idiossincrasia como justificativa para violar os Direitos Humanos. Por conseguinte, o Direito das Mulheres e a Agenda de Gênero são igualmente lesados, pois além de partilharem das especificidades atinentes aos Direitos Humanos como um todo, a 4ª Conferência das Nações Unidas Sobre as Mulheres de 1995, em Pequim, reconhece os direitos de mulheres e meninas como parte integral tem caráter de empoderamento, transversalidade das políticas públicas com a perspectiva de

---

<sup>9</sup>Disponível para download em: <https://familywatch.org/2020/01/30/fwi-resource-guide-to-u-n-consensus-language-on-family-issues/>

gênero (também definido nessa oportunidade) e reestruturação social e institucional para tornar as relações mais igualitárias e equitativas.

*Spoilers* têm tentado controlar a linguagem que aparecem no resultado dos documentos passados pela CSW (sigla em inglês) e CPD. Como explica Anne-Marie Goetz, ex Conselheira-Chefe para assuntos de Paz e Segurança da ONU Mulheres, a transparência decrescente das pré-negociações já acordadas na CSW tem criado oportunidades para Estados de perseguir suas agendas além do escrutínio e influência de ativistas feministas. “Os Estados e coalizões mais garantistas estão perdendo território nesses fóruns, criando um vácuo do qual emergem grupos de delegados que, trabalhando em concerto, estão corroendo as partes mais vulneráveis da agenda de gênero”, diz. “O que aparenta ser uma concessão ou apagamento textual pequenos são, em realidade, táticas diplomáticas familiares de alteração e cerceamento precedentes aos documentos, tão sutis que não são imediatamente notados.”. (...) A Administração Trump renovou os esforços para todos aqueles que querem trazer contratempos à agenda, introduzindo com sucesso uma linguagem que enfraquece compromissos já existentes e fornecem bases para interpretações a favor de anti-direitos. (Sanders, 2008, pp. 285-287)

A mobilização de atores sociais é igualmente outro recurso empregado, a exemplo da gigantesca sopa de letrinhas das ONGs pró-família, pró-religião, para citar algumas, a organização de conferências dentro do espaço promovido por essas próprias agências permitiu também o lobbying em eventos das Nações Unidas, como aqueles organizados e protagonizados pela Family Watch International – veículo caro a Bolsonaro e Damares.

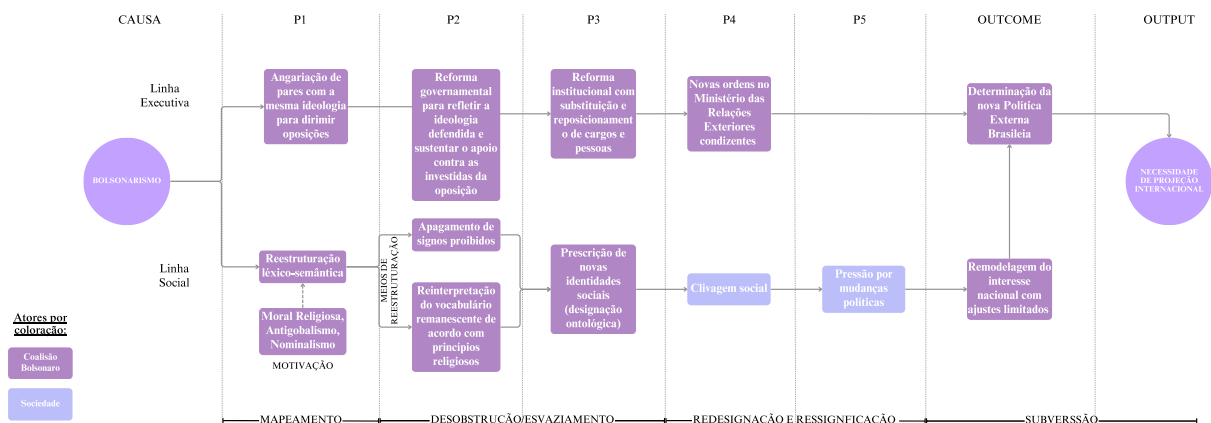
Como ficou demonstrado pelos excertos selecionados e espalhados ao longo deste texto, os ataques, provenientes notadamente da Coalizão Bolsonaro precisavam, em um primeiro momento, assegurar suporte de outros atores às normas alternativas propostas para, em um segundo momento, proceder ao trâmite de institucionalizá-las. Ainda que as normas com viés mais tradicional e conservador sobre os direitos das mulheres não sejam parte do ordenamento jurídico brasileiro (e de muitos países) explicitamente, a falta de apoio legal aos direitos e garantias fundamentais já galgados, por meio de políticas públicas próprias para isso, permitem que as que são existentes sejam interpretadas com tal olhar, facilitando, pelas lentes da direita radical, o caminho para sua institucionalização. A coesão das agendas antigênero dentre seus atores é de extrema importância, visto que são heterogêneos em sua composição, sua união se

dá tendo por base algo que são contra, não a favor, portanto o sentimento comum é o ódio, o afastamento, o rechaço e a exclusão.

Para Sanders (2018), o desmonte se concretiza, no longo prazo, pela institucionalização e entranhamento das normas alternativas buscadas internacionalmente pelos atores e, no curto prazo, o sucesso do desmonte pode ser medido pela capacidade e extensão de mitigar e limitar os avanços e difusão das normas-alvo, neste caso, discussões sobre o avanço da pauta de Direitos Humanos, em especial Direitos das Mulheres.

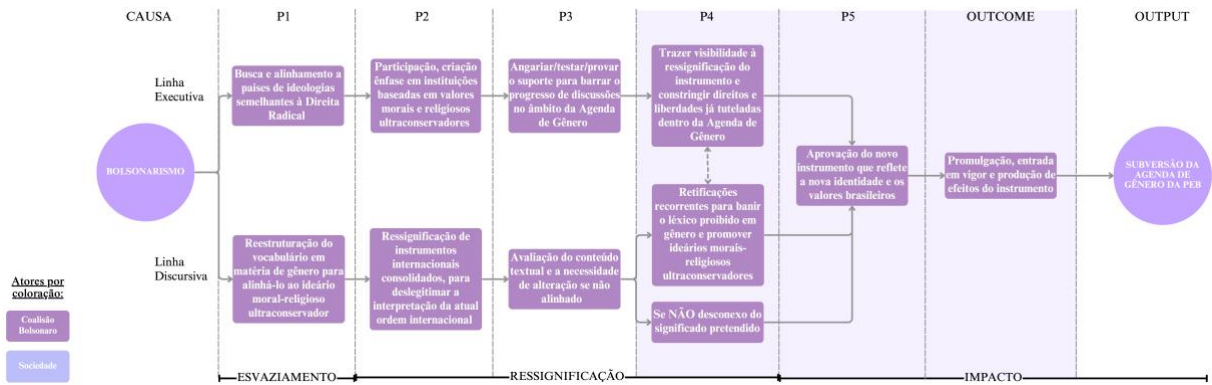
Assim, as Figura 6 e 7 apresentam de uma forma mais elaborada as linhas de atuação do Governo Bolsonaro, tanto na seara interna quanto na internacional, respectivamente, permitindo a visualização de como ambos os cenários tem a mesma causa (o Bolsonarismo), mas apresentam *outcomes* distintos, porém complementares, além de auxiliar na visualização da tramitação concomitante da Linha Social/Discursiva às ações trazidas na Linha Executiva.

Figura 6 - *Process Tracing* da atuação interna do Governo Bolsonaro



Fonte: autoria própria

Figura 7 - *Process Tracing* da atuação internacional do Governo Bolsonaro



Fonte: autoria própria

## 4. O Itamaraty

### 4.1. Breve Recorte Histórico e Contextualização

Segundo Cervo e Bueno (2015), o envolvimento brasileiro com o tema de Direitos Humanos, do qual a Agenda de Gênero faz parte, se deu em três fases distintas: no início da ONU, após a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, com ensejo, apoio e promoção desses direitos seja em plano regional ou global; a partir da década de 1960, há um abandono desse esforço composições defensivas e isolacionistas nos foros multilaterais por força do regime autoritário vivido à época; por fim, a última fase recupera a ação original de promoção e defesa dos Direitos Humanos, tanto em ordem interna quanto externo.

Com a inauguração dos debates abertos acerca da condição de ser mulher e a criação da Comissão sobre o Estatuto da Mulher, em junho 1946, inicialmente como um braço do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), conquistas importantes foram impulsionadas, padrões estabelecidos e convenções firmadas, aptos a mudar legislações discriminatórias e promover a conscientização global sobre as questões das mulheres. Dentre os avanços, vale ressaltar a Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres, encomendada em 1963 e adotada em 1967 pela da Assembléia Geral das Nações Unidas, peça fundamental da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim de 1995, o principal documento de consolidação de política global sobre igualdade de gênero.

As discussões internas sobre igualdade e equidade de gênero começam no final da Década das Mulheres, em 1985, antes da mesmo da Constituição Cidadã, com a Lei 7.353 de 29 de agosto de 1985, que cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), órgão então vinculado ao Ministério da Justiça e integrado por representantes do Governo Federal e da sociedade civil, instituído com o objetivo de assessorar a Administração Pública Federal na adoção e fiscalização de medidas legislativas e político-administrativas visando à promoção da participação das mulheres à eliminação de todas as formas de discriminação. No mesmo ano o Estado de São Paulo, através do Decreto estadual 23.769/1985 cria pioneiramente a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher de toda América Latina, composta por policiais do sexo feminino e especializada em crimes contra as mulheres.

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em outubro de 1988, a igualdade de gênero passa a transversalizar as discussões sociais, políticas, jurídicas, econômicas e sociais, integrando, inclusive, o rol de Cláusulas Pétreas:

O art. 5º, I, reconhece a igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações;

O artigo 7º, XX prevê a adoção de incentivos específicos de proteção do mercado de trabalho da mulher

O art. 7º, XXX proíbe a discriminação em matéria de salários, funções e critérios de admissão por motivos, entre outros, de sexo ou estado civil (inciso XXX);

O art. 226 que dispõe sobre a família, reafirma a igualdade de homens e mulheres no exercício de direitos e deveres da sociedade conjugal e prevê a criação de mecanismos para coibir a violência intrafamiliar, nos parágrafos 5º e 8º.

Após o movimento internacional e o advento da Constituição de 1988, intensificaram-se os avanços legislativos e institucionais em matéria de igualdade de gênero e políticas para mulheres nas mais variadas esferas da vida, destacam-se: i) a Lei 9.029 de 12 de abril de 1995, que proíbe a exigência de atestados de gravidez, esterilização e outras práticas discriminatórias em âmbito trabalhista; ii) a Lei 9.504 de 30 de setembro de 1997, que define um percentual de no mínimo 30% de mulheres para candidaturas às vagas de registro para cada partido nos órgãos legislativos de representação proporcional; a Lei 10.224, de 15 de maio de 2001, que emendou o Código Penal Brasileiro para incluir o crime de assédio sexual.

Ainda no tema, cabe reforçar a importância de duas leis que colocaram o Brasil à frente da discussão de gênero, não só na América Latina como no mundo, como sendo um grande exportador de conhecimento e *policy best practices*. Em primeiro lugar, a Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006, também conhecida como Lei Maria da Penha, que tem impacto tripartite ao regulamentar o dispositivo constitucional sobre a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, ao tornar mais abrangente a tipificação e mais rigorosas as penas para tais crimes, bem como dispor sobre medidas preventivas, de proteção e assistência às vítimas e, por fim, estabelecer os Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres. Em segundo lugar, a Lei 13.104 de 9 de março de 2015 introduziu no Ordenamento Jurídico Brasileiro o feminicídio como qualificadora do crime de homicídio, tipo penal expresso no artigo 121, Código Penal, e, ainda, inclui-o no rol dos crimes hediondos (art. 1º, I, da Lei 8.072/90). Entende-se por feminicídio a morte praticada contra a mulher com o caráter de dolo, excetuando aquelas que decorrem de crimes contra o patrimônio ou acidentes, por exemplo, ou seja, o homicídio cometido contra a mulher em razão da condição do sexo

feminino, fica claro que a violência de gênero envolve uma determinação social dos papéis masculino e feminino.

Internacionalmente, a política exterior brasileira mostra uma postura progressista nas questões de gênero desde a década de 1990, quando começou a advogar, de forma mais ativa, pela igualdade de gênero e os direitos das mulheres em vários fóruns internacionais, em especial durante o encontro Pequim +20, no qual insere a busca pela igualdade e equidade como uma política de estado, que deveria perpassar e não ser afetada por transições governamentais. É no início do Século XXI que a transnacionalização de políticas públicas brasileiras era impulsionada tanto por agências nacionais quanto pelos burocratas dentro delas, como uma ferramenta para alcançar os objetivos internacionais do país promovendo, ao mesmo tempo, as mudanças internas necessárias.

Trás o fim do período ditatorial, a política exterior brasileira refletiu o processo de redemocratização, principalmente no tocante ao tema de direitos humanos, sendo que o país mostrou grande e crescente sensibilidade à temática de gênero (*gender sensitive*), vendo esse assunto como tendência e oportunidade tanto no cenário interno quanto externo, até alcançar o patamar de políticas públicas pró-gênero (de *gender advocacy*). Os Governos Lula e os Governos Dilma, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), promoveram a transversalização do tema de gênero em assuntos de relevância nacional e aderiram a diversos instrumentos internacionais de combate à violência e discriminação que, segundo Oliveira (2024):

“[...] desenha um novo feminismo de bases institucionais que aprofunda sua relação com o Estado em nome de um projeto de transformação e despatriarcalização social e estatal mais amplo, que dependia do reconhecimento e da participação das mulheres como sujeitos da política a fim de atentar para as reivindicações da agenda de gênero.”

Vale especial menção de forma mais detalhada aos Governos Dilma, quando a pauta de gênero e direito das mulheres atinge especial: aprofunda-se o diálogo e participação de movimentos feministas da sociedade civil, criam-se secretarias, subsecretarias e órgão especializados em políticas para as mulheres em todos os estados da Federação Brasileira, elaboram-se novas diretrizes governamentais e interseccionam-se diversos órgãos administrativos; a título de exemplo cita-se a articulação de 33 órgão governamentais notáveis no planejamento, monitoramento e execução do III Plano Nacional de Política para as Mulheres (PNPM) de 2013 a 2015.

Antecipado o fim do segundo Governo Dilma, Michel Temer assume a presidência da República Federativa do Brasil até 2018 e, nesses dois anos restantes, o redesenho dos espaços institucionais de políticas públicas pró-gênero foi sentido com o esvaziamento dos órgãos especializados, abandono do protagonismo internacional e falta de políticas públicas inovadoras e eficientes, que chegaria ao seu cume com a eleição de Jair Messias Bolsonaro.

#### 4.1.1. A importância do Ministério das Relações Exteriores

Compreender como governos populistas de direita radical assumem uma postura interna que é construída e constrói as ações internacionais não poderia deixar de jogar luz nas interações com a administração: primeiro, pouco se sabe sobre o manejo de políticas administrativas desses governos, embora se possa apontar, quase sempre, para suas transformações; segundo, é interessante conceber como populistas estão engajando a burocracia administrativa de forma a reescrevê-la para que opere segundo os seus ideais e, terceiro, como a reescrita foi percebida pela própria administração e por aqueles que a compõem (Bauer, Peters, Pierre, Yesilkagit e Becker, 2021). Apontar alternância de sistemas não significa necessariamente explicar a interação com a administração, faz-se necessário aferir até que ponto as burocracias foram objetos nas e sujeitadas às transformações, como parte integrante da identidade nacional a ser refletida no campo internacional.

Para entender a teoria relacional entre a posição administrativa ocupada por determinado ser e sua influência no processo de tomada de decisão, Welsh (1992), ao analisar a pergunta “o que determina o impacto de cada ator no resultado” feita dentro do paradigma da Crise dos Mísseis de Cuba proposto por Graham Allison em *Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis* de 1971, responde “o poder”. Segundo o autor, a influência burocrática está diretamente relacionada a uma mistura de três elementos sendo vantagens de barganha, skills e vontade (de usar as vantagens de barganha). A depender de como é empregado, o poder, leia-se a capacidade de decidir no processo decisório, gera maior ou menor impacto, entretanto, conclui o autor que o posicionamento de servidores públicos é imprevisível e varia conforme o caso, mas o grau de rigidez organizacional sozinho não constitui uma amarra significativa no arcabouço de opções diplomáticas.

Faria (2012), por sua vez, faz um apanhado acerca do insulamento do Itamaraty que tem fortes vínculos com a burocracia do órgão. Usando o conceito conforme definido por Edson Nunes em *A Gramática Política do Brasil* de 1997 que se refere à proteção do núcleo técnico

do Estado contra interferências externas, incluindo do público e de outras organizações intermediárias, para realizar objetivos específicos e técnicos sem influência de demandas populares, o autor elucida que o Ministério das Relações tornou-se progressivamente insulado, operando de maneira autônoma e altamente especializada, focada na excelência técnica, o que corroborou para um monopólio da expertise em assuntos internacionais no Brasil. Dada a estrutura fechada e protegida, a composição do corpo de servidores de baixa porosidade para nomeações políticas, a operação (quase) autônoma da política exterior do País era conduzida sem diálogo e interação intragovernamental, que dirá social.

A tradição do insulamento burocrático e o baixo grau de politização e democratização da política externa brasileira acontecem, segundo Faria, Nogueira e Belém Lopes (2012) pela confluência de alguns fatores: i. o arcabouço constitucional brasileiro que concede grande autonomia ao Poder Executivo em matéria de política exterior, com pouca participação do Poder Legislativo no processo e isso ser corroborado pelo Congresso Nacional; ii. o caráter imperial do presidencialismo brasileiro; o modelo de substituição de importações ter gerado grande introversão dos processos políticos e econômicos brasileiros, redundando em isolamento internacional que só será reduzido a partir da década de 1990; iii. o caráter não conflituoso e altamente adaptativo da diplomacia brasileira e iv. A significativa e precoce corporação diplomática, associado ao prestígio que o Itamaraty desfruta nacional e internacionalmente.

Com a redemocratização e virada do século, a politização da política externa, a mudança de paradigma, a inserção e o adensamento das relações internacionais do Brasil contribuíram para o movimento de superação desse insulamento. Pressões políticas, econômicas e governamentais fazem força para que as decisões, a produção e a manutenção dessa política sejam menos centralizadas no Itamaraty. Alguns elementos apontam para essa mudança comportamental, dentre os quais vale destacar a busca por maior coordenação intragovernamental com outros ministérios que compõem o Executivo, agências do governo federal, governos subnacionais e a intensificação da cooperação com atores de mercado e da sociedade civil, ainda que a literatura entenda que estão aquém do ideário desejável (Faria, 2012; Faria, Nogueira e Belém Lopes, 2012; Milani e Pinheiro, 2013).

Mister lembrar que esta dissertação entende a política externa como uma política pública. Isso implica dizer que o governo é a instituição do Estado, ainda que não a única, que age com

maior peso na produção da política exterior do Brasil. Milani e Pinheiro (2013) argumentam que esse argumento permite: i. diferenciar a atuação internacional de governos e Estados (política externa) daquela feita por entes não estatais como ONGs, movimentos da sociedade civil, etc; ii. quebrar o pressuposto realista que a atuação estatal somente pode ser entendida em referencia ao interesse nacional – tido como evidente, estanque, homogêneo e universal para aquela sociedade; iii. reconhecer que a formulação e implementação da política externa se insere nas dinâmicas de escolhas de governo, as quais são frutos de barganhas, disputas e acordos entre os mais diversos interesses. Percebe-se, portanto, que a política externa está sendo retirada de uma condição de inercia dada por supostos interesses nacionais permanentes e imutáveis, características associadas às chamadas “Políticas de Estado” pelo seu grau de continuidade.

Não custa lembrar que mesmo as políticas consideradas como políticas de Estado não nasceram como tais. Ou seja, sua ontologia não está no Estado, mas nos governos e na sua interação, de intensidade e frequência variáveis a depender do compromisso da esfera política com a democracia, com as inúmeras instituições que compõem o governo e com os atores da sociedade. Em algum momento, portanto, as políticas de Estado foram, sem dúvida, políticas de governo. (Milani e Pinheiro, 2013, pp. 24)

Esses contornos de “Políticas de Estado” da política exterior brasileira são fortemente ligados às características institucionais que historicamente permeiam Ministério das Relações Exteriores, visto que é graças a elas e ao alto grau de formação de seus burocratas, à autonomia e à centralidade na condução dessa política que se busca evitar distorções e truculências nas transições governamentais. Autores como Celso Lafer, Kjeld Jacobsen, Danilo Moreira, Paulo Roberto Almeida apud Milani e Pinheiro (2013) já apontavam para o rompimento da noção da política externa brasileira como sendo “de Estado” durante os anos de Governo Lula I e II, devido à proximidade dos discursos partidários e das ações empreendidas em âmbito diplomático.

Cabe ressaltar que a diplomacia brasileira foi historicamente norteadas por um emaranhado de fontes que garantem e justificam a atuação de seus representantes em âmbito internacional e com a fundação do Instituto Rio Branco em 1945, a produção do conhecimento e a complementação de suas lacunas, conduzidas pelo método próprio deste ramo das Ciências, tiveram, em um primeiro momento, a descoberta, a descrição e a compreensão das tendências da política externa brasileira nos dois últimos séculos e, em um segundo momento, compilados da atuação diplomática histórica, resgatada e estudada pra ajudar a robustecer as análises e prognósticos. A previsibilidade, a continuidade e o pragmatismo são os maiores expoentes

desse tripé que conferem alto grau de singularidade ao Itamaraty e demais escolhidos como porta-vozes do País, que devem estar aptos a interpretar o contexto à luz dos princípios, adaptando-se cada vez e garantindo a manutenção de uma atuação internacional de maestria conhecida por poucos pares.

A perenidade da ação brasileira é reforçada não só por aqueles que dedicam seu tempo a estudar a Política Externa Brasileira e tudo o mais que a acompanha, mas também pelos próprios representantes do Brasil no exterior, com seus discursos que externalizam o quanto esse sólido conjunto de fontes é presente. Este estudo, que é de última importância para que haja um posicionamento alinhado aos princípios e valores defendidos pelo País, permite a continuidade da Política Externa. O alto grau de previsibilidade do posicionamento brasileiro advém justamente desse conjunto de ações estáveis na seara internacional, onde as decisões afobadas e posicionamentos extremos propagam uma visão de país despreparado, incapaz de lidar com o passo da comunidade internacional (Barros, 1998). Assim, quando se fala em previsibilidade não é, de forma alguma, em tom pejorativo, ao contrário: este fato não traduz-se em uma ausência de mudanças, mas sim em afirmar que tais mudanças são oscilações são comportadas dentro de um espectro determinado de possibilidades (Mariano, 2015).

A pendularidade, o recurso a decisões de impacto, as flutuações ideológicas e o oportunismo diplomático tendem a corroer a confiança junto aos demais países e a minar a credibilidade externa. Um dos patrimônios do Itamaraty e da diplomacia brasileira é o legado de uma atuação fundada em valores permanentes, que conferem um mínimo de regularidade ao comportamento externo do país e, portanto, à sua própria respeitabilidade como interlocutor de seus parceiros. Este patrimônio é tanto mais precioso porque os valores que o constituem decorrem do espírito de moderação que caracteriza a diplomacia brasileira. O relacionamento harmonioso com os países vizinhos, o recurso ao diálogo e à cooperação, a defesa permanente da paz e do desarmamento e o respeito ao Direito Internacional são todos fatores da imagem de um país que se faz respeitar no cenário internacional e de uma diplomacia que inspira confiança e credibilidade. (Barros, 1998, pp. 20)

O relativo sucesso e equilíbrio da política externa brasileira ao longo do Século XX, para Casarões e Farias (2021), foi graças ao alicerce, *a priori*, no universalismo, no pacifismo e no multilateralismo, que resistiu às mudanças de governo, de ideologias e de políticas domésticas. Posteriormente, já no final do século, um quarto alicerce foi introduzido: a integração regional, consagrado, inclusive, no parágrafo único do artigo 4º da Constituição da República Federativa do Brasil.

Em 2019 com a ascensão de um governante de direita radical, o País sofre uma brusca guinada no posicionamento internacional de temas como Meio Ambiente, Direitos Humanos,

Gênero e Raça, comércio internacional, relações bilaterais e multilaterais de cunho religioso e ultraconservador que nem as amarras da tradição diplomática conseguem conter.

#### 4.2.A Atuação do Itamaraty na Agenda de Gênero durante o Governo Bolsonaro

No intuito de se examinar de forma mais detalhada as evidências mecânicas intra-caso dos processos aqui apresentados, este capítulo traz alguns posicionamentos internacionais do Brasil em arenas onde as discussões de Direitos Humanos e, principalmente de gênero, foram alvos da Coalizão Bolsonaro. Seguindo o método de análise de discurso sugerido por Hansen (2006), os excertos apresentados são entendidos como os discursos-base que auxiliam a traçar as conexões sistemáticas entre construção e manutenção da identidade (e/de) política empregados por estes expoentes.

Embora a campanha de construção de uma “nova” política externa brasileira diferente das anteriores não seja exclusividade do Governo Bolsonaro, algumas marcas de ruptura merecem especial destaque como sua desideologização, sob o pretexto que os partidários do Bolsonarismo seriam os únicos capazes de tomar decisões sem serem afetados por qualquer ideologia, tornando-os, assim, os verdadeiros líderes do país; sua anti-ideologização, que propõe uma reorientação pragmática e conceitual em temas sensíveis e caros, afim de conduzi-los, finalmente, rumo ao progresso e “em oposição ao atraso e a incapacidade das políticas dos governos de esquerda” para, enfim, promover uma inversão de alianças estratégicas e parcerias, abandonando – ou quase – Estados que tradicionalmente mantinham boas relações com o Brasil em detrimento daqueles mais religiosos e ultraconservadores e o combate à ideologia de gênero, eixo primordial dessa política (Simioni e Kyrillos, 2024).

Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um País livre das amarras ideológicas. (Brasil, 2019e)

A ideologia de gênero, apesar de não ocupar de forma explícita tanto espaço nos discursos internacionais, estabelece uma relação direta com as manifestações reativas ao reconhecimento e alargamento dos direitos de gênero, sexuais e reprodutivos.

Durante a Administração Bolsonaro, ataques às instituições que são palco do tema não foram a exceção: sob o pretexto de “perseguição institucional”, servidores foram, dentre outras coisas, humilhados, assediados, removidos, desacreditados e controlados. Embora seja verdade

que a burocracia não exista com o fim de tolher as ações estatais e sim de fazê-las fluir, os burocratas<sup>10</sup>, individual ou coletivamente, se insurgiram em resposta à reorientação da política externa brasileira, promovida principalmente pelo então Presidente, seu Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo e a Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves.

Esses ataques e tentativas de resposta e resistência à burocracia interna tem sido percebidos pela literatura como uma forma de autocratização estatal. Em matéria de política externa, o Itamaraty, enquanto órgão do Poder Executivo responsável pela política externa e pelas relações internacionais do Brasil, assessora o presidente da República na formulação da política exterior do Brasil e na execução das relações diplomáticas com estados e organismos internacionais e, historicamente, goza de uma autonomia quase monopolística na condução da política exterior brasileira em relação ao Chefe do Executivo.

Nas oportunidades em que falou diretamente com a turma de formandos recém-admitidos do Instituto Rio Branco, em 2019 e 2020, o ex-Presidente deixa claro as mudanças pretendidas na postura do Itamaraty para a condução da política externa:

Prezado embaixador Ernesto Araújo, vamos sim, mudar juntos o destino do nosso Brasil. Quando os senhores falham entram nós, das Forças Armadas. E confesso que torcemos, e muito, para não entrarmos em campo. Chefes de missões diplomáticas acreditados junto ao meu governo (...) O nosso campo, eu como militar, e o dos senhores é quase que o oposto, mas dentro de uma nação são complementares. (...) Todos sabem, temos um novo projeto de nação. Esse projeto foi escolhido pelos brasileiros nas urnas, com a escolha de uma plataforma que o povo identificou como sua. É um projeto de um Brasil grande, soberano e próspero, fiel aos valores e aos anseios do seu povo. Quero que vocês saibam que a política externa conduzida pelo Itamaraty e capitaneada pelo ministro Ernesto Araújo será essencial para os sucessos desse projeto. É para essa tarefa que os formandos do Instituto Rio Branco são hoje convocados: a de dar voz ao nosso povo, defender nossos valores e elevar o Brasil ao patamar de grandeza e prosperidade que está destinado. (Brasil, 2019f)

Jovens formandos, além de outros papéis, os senhores são importantíssimos para nós, na manutenção da paz, da nossa economia e em nossa liberdade. Lá fora, cada um de vocês é um pedaço do nosso Brasil. O que mais nós precisamos, é da verdade. Não podemos nos deixar vencer pela falsa narrativa. O mundo sempre esteve em guerra, nem que seja apenas nas comunicações. Não é fácil estar do lado da verdade, mas a verdade me trouxe até aqui e a verdade libertará o nosso País. E os senhores são instrumento disso. (Brasil, 2020)

---

<sup>10</sup> Burocratas são entendidos como toda e qualquer pessoa investida em uma instituição, que a opera com base em seus interesses, valores, crenças, recursos. São as pessoas que habitam as instituições estatais, preenchendo e dotando-as de ações e significados. Essa concepção faz um contraponto teórico às correntes mais institucionalistas, que pregam ser o Estado uma caixa vazia a serviço dos (e que ecoa os) interesses das elites dominantes da época.

Acompanhando esse posicionamento, retoma-se algumas passagens do cumprimento de fim de ano do ex-Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, dirigindo-se ao corpo diplomático em 2020.

[...] O Brasil tem uma tradição de ser visto como um país da paz, uma diplomacia da criação de consenso, e um país de apoio à democracia. Certamente isso é muito bom, mas a paz não pode significar ignorar as ameaças. [...] A criação e a geração de consensos nos planos internacionais também não podem significar simplesmente um abster-se e um retirar-se dos problemas, um não ter opinião, um não querer desagradar, um não querer se posicionar. [...] Hoje, o Brasil procura construir sua presença internacional, nos organismos e nas relações bilaterais, através da sua identidade e através daquilo que nós queremos para o Brasil, das nossas convicções, das nossas ideias e dos sentimentos do povo brasileiro. Acho que a paz e o consenso não se constroem de maneira sólida ao se renunciar às suas convicções ou ao se abandonar a sua identidade. (Brasil, 2021)

Segundo Waisbich (2024), há dois modos principais em que a defesa contra levantes populistas de governo pode acontecer: o primeiro caminho é restringir os governantes autoritários e reformistas radicais, limitando suas opções econômicas e político-sociais. Esse estreitamento pode acontecer tanto na seara interna, por meio da ação de grupos de interesse capazes de promover tais restrições quanto na externa, com mobilização da imagem do Brasil enquanto exportador de boas práticas internacionais, que será abordada mais a frente; o segundo meio, é munir grupos domésticos (pertencentes ou não à Administração Pública) de informações contínuas, que sejam verdadeiras, úteis e aptas a combater os esforços de desmantelamento político. Nessa estratégia bifurcada, o poder analítico reside no foco de agência, argumenta.

Nesse cenário de dissidência, torna-se importante falar do ativismo institucional de grupos de servidores públicos que, segundo Abers (2021) contestam hierarquias e o *status quo*, propondo maneiras alternativas de organizar as políticas governamentais e persistindo contra as tentativas de desmonte de conquistas anteriores, enfrentando resistências por meio da luta no interior das instituições. Os burocratas usam justamente rotinas institucionais para fins contestatórios, portanto não se pode entender que as estruturas estatais sejam lugares onde ordens são ecoadas de forma tão automática que carecem de um pensamento crítico acerca do porquê estão sendo feitas. A automaticidade diária não se pode traduzir necessariamente na falta de capacidade dos agentes, ao contrário, os contextos nos quais estão inseridos criam rotinas e crenças, mas que constantemente demandam da capacidade criativa desses agentes em empregar os meios e materiais disponíveis para solucionar problemas e decidir o que fazer.

No caso dos Direitos das Mulheres, assistimos ao questionamento de conceitos já consagrados na Declaração e Plataforma de Ação de Pequim de 1995, por compreender a noção de identidade de gênero, o termo gênero passou a ser questionado, da mesma forma, interpretação restritiva ao debate do aborto levou a contestação dos direitos sexuais e reprodutivos dos Direitos das Mulheres. Este ano, ao abandonar o Consenso de Genebra e aderir ao compromisso de Santiago e à Declaração do Panamá, o Brasil retomou sua tradição diplomática em favor dos Direitos das Mulheres. No entanto, os retrocessos mostraram uma dupla necessidade: institucionalizar os avanços em Direitos Humanos, mediante adesão a compromissos e Convenções internacionais e feminilizar a diplomacia. (Brasil, 2023 por Ministra Claudia de Angelo Barbosa, Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores)

A mobilização de burocratas em torno de mudanças institucionais que reorganizam as relações de poder, seja em contra ou a favor, tem como pressuposto a crença de que algo fundamental da sociedade ou das relações de poder está ameaçado e carece de defesa. Desta forma, as mobilizações tendem a ser operacionalizadas na forma de modelos alternativos da própria vida e/ou de políticas públicas que, se implementados, implicariam em mudanças profundas. Daí a importância do conceito de ativismo institucional proposto pela autora, como sendo a ação coletiva em prol de causas contenciosas quando realizadas por atores em instituições, por entender que é necessariamente uma ação volitiva, ou seja, positiva e conscientemente tomada, dentro de um espaço, as instituições, em projetos que colocam-nas em xeque, seja para transformá-las ou defendê-las.

Diante desse cenário de autocratização e dismantelamento político, Waisbich (2024) investiga como apelo à internacionalização de políticas públicas nacionalmente consolidadas e exportadas serviu para responder às formas radicais de mudanças discursivas de paradigma, eliminação de estruturas estatais e instituições, desfinanciamento de políticas, projetos e programas, dentre os mais variados campos e agendas, na tentativa de salvaguardar os avanços logrados pelo país ao longo destas últimas décadas. Tratando do campo da cooperação internacional, a autora buscou entender como a transnacionalização de políticas públicas bem consolidadas poderiam servir como um mecanismo de entrave ao desmonte, mais do que restrições institucionais, apela ao emprego da mobilização transnacional como mais um meio no arcabouço de servidores públicos de tentativa de continuidade (em) política, apelando ao sistema internacional quando da negociação com atores no poder. Embora apresente alguns casos de relativo sucesso, lamentavelmente a agenda de gênero não está dentre eles.

Bauer, Peters, Pierre, Yesilkagit e Becker (2021) elencam algumas estratégias que foram empregadas por governos autoritários italianos, alemães, portugueses e austríacos para lograr uma reforma administrativa antidemocrática e antiliberal, perpassando os estorvos burocráticos

que se insurgiram contra ela e que podem ser aplicadas aos governos ultraconservadores dessa nova “onda azul”. Em primeiro lugar está a alteração de estruturas administrativas afim de reduzir autonomia, centralizar a burocracia, esvaziar organizações já estabelecidas criando outras novas, mudando os burocratas e transferindo poder para os ideologicamente mais alinhados e responsivos ao novo governo – esse realinhamento organizacional pode igualmente ser conseguido através de redistribuição orçamentaria e desfinanciamentos. Em segundo lugar, o novo governante se preocupa em angariar e influenciar o novo pessoal, purgando o antigo, seguindo uma demissão em massa e realocação dos burocratas simpáticos ao governo em posições estratégicas de grande importância para consolidar seu nascente Poder Executivo. Esse comportamento revela-se nocivo e passa de mera acomodação quando os meios, regras e procedimentos são atingidos pela reforma governamental. Em terceiro lugar, as regras da própria burocracia viram alvo de desmonte, tratando de difundir agora uma cultura de simpatia ao novo líder, onde os dissidentes são taxados como antinacionais e excomungados. Em quarto lugar, o novo governo passa a governar por decreto executivo, colocando de escanteio grande parte do processo legislativo, com limitadas vias de controle pelo judiciário e silenciado pressões externas desses poderes, ampliando a comunicação com a sociedade civil.

Apesar dos servidores não serem diretamente responsáveis pelas políticas públicas feitas perante a sociedade, conseguem usar de seu conhecimento técnico e legal para influenciá-las. Os autores apresentam três formas como: trabalhando, dirimindo e/ou sabotando-as. Mesmo quando os burocratas sejam partidários ou indiferentes às políticas, o que dita sua resposta é a ideologia. Quando têm alguma preferência política diferente daquela que ora governa, os servidores podem tentar guiar o processo político para outro caminho que não o desejado inicialmente, o que pode ser mitigado de diversas formas como a substituição do pessoal, uma motivação diferente, outro incentivo, etc. Nos casos de diminuição e sabotagem, diminuir o tamanho de determinada coalizão ou mesmo fazer com que ela acabe, sabotar votações e deliberações, todos estes cenários passam a ser movimentos possíveis para que governos radicais superem os constrangimentos postos pelos servidores a seus governos.

Partindo dessa premissa, pode-se inferir que no caso brasileiro, especificamente na interação Ministério das Relações Exteriores com a Coalizão Bolsonaroista do Poder Executivo, viu-se burocratas tomando as ações mais variadas: desde encontros extraoficiais, sabotagem, diminuição e desobediência de ordens, dilação e prorrogação de implementação de políticas e

ações que consideravam ilegais, inapropriadas ou em desacordo com as praticadas e defendidas, até mesmo a subversão de ordens e políticas incondizentes (Abers. 2021; Waisbich. 2024).

Os servidores públicos tiveram que usar de toda a sua capacidade criativa para conseguir mostrar a importância da preservação de iniciativas internacionais e arranjos políticos, na esperança de que a sua consolidação em âmbito internacional fosse apelo suficiente ao reconhecimento do Brasil enquanto exportador de políticas públicas e boas práticas, apontando a hipocrisia de não segui-las internamente. Contaram também com ajuda da sociedade civil e midiática nos esforços de publicização destas políticas, já que são pioneiras e ensejam ótima visibilidade, além de lograrem combater a desinformação espalhada em larga escala (*fake news*), inclusive recorrendo às certificações internacionais que obtiveram, como meio de provar sua veracidade, existência e eficácia. Citam-se como exemplo as falas descredibilizando e duvidando da Lei 11.340/06, Lei Maria da Penha que, como dito, foi um marco nacional e internacional na legislação voltada à proteção da mulher<sup>11</sup>.

Um marco interessante foi a carta escrita por “um grupo representativo de diplomatas brasileiros” (*sic*) que repudiam as ações tanto de Bolsonaro como de Araújo “que relativizaram a natureza ilegal, inconstitucional e criminosa do regime militar de 1964”. Apontam que são declarações e atitudes como essa, que são amplamente desmentidas por fontes documentais e históricas, que violam os compromissos básicos que regem a inserção internacional do Brasil, além de trazer graves danos à imagem do país<sup>12</sup>. Tal acontecimento foi um marco de expressão contra estes atores de direita radical por contestar abertamente atitudes e falas problemáticas e antidemocráticas, o espalhamento de falsas notícias (*fake news*) e graves lesões aos Direitos

---

<sup>11</sup> Vide Bolsonaro ignora legislação e questiona Lei Maria da Penha no casamento gay. UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/20/bolsonaro-ignora-legislacao-e-questiona-lei-maria-da-penha-no-casamento-gay.htm>. Acesso em 21/3/2024. Pistola ou Lei Maria da Penha: 82% das mulheres são contra maior acesso a armas como quer Bolsonaro. BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62794529>. Acesso em 21/3/2024.

<sup>12</sup> Para ler a carta na íntegra, ver ANGELO, Tiago. Em carta não assinada, diplomatas criticam Bolsonaro por defender golpe de 1964. BDF. São Paulo. 2 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/02/em-carta-nao-assinada-diplomatas-criticam-bolsonaro-por-defender-golpe-de-1964>.

Humanos e a direitos e garantias fundamentais que estavam ocorrendo durante o mês de março de 2019.

Vale notar que em temas com bases assentadas na diferenciação de gênero, a política externa foi de continuidade. Argumentam Drumond e Rebelo (2023) que a Administração Bolsonaro exibiu um comportamento constante em matérias de Mulheres, Paz e Segurança (WPS – da sigla em inglês), na medida que a política externa brasileira tradicionalmente favoreceu os debates menos contenciosos dentro dos quadros das Nações Unidas, muito poque a participação das mulheres em operações de paz e a proteção contra a violência sexual e, ainda que se valendo de formulações problemáticas porém bem aceitas, vão de encontro a uma visão que tem bases tradicionais que ressoam muito bem com a moral religiosa – a mulher enquanto figura materna que cuida para que nenhum mal aconteça à sua família. Dessa forma, foi relativamente fácil para o Brasil manter seu posicionamento no Conselho de Segurança da ONU (UNSC – da sigla em inglês). O problema reside, no entanto, na forma como o Brasil aderiu às expectativas internacionais e como conduzia esse discurso. Ao reiterar a importância da inclusão de mulheres em operações de paz, a retórica brasileira defende a expertise em conflitos, ou melhor, a falta destes, faz recorrente menção às credenciais do país como um contribuinte de tropas reconhecidas pela disciplina em assistir à luta contra a exploração sexual também em prevenir conflitos relacionados a violência sexual e apontado como um modelo a ser seguido em operações de paz dada a falta de acusações de exploração sexual e abuso envolvendo o pessoal brasileiro.

Essas atitudes, classificam as autoras, são condizentes com o *Gender Washing*, ou seja, o emprego de termos de gênero vazios e de capacidade política limitada. Ao reiterar o papel das mulheres como uma figura protetora, leia-se maternal, o Governo Bolsonaro mobilizou narrativas errôneas para posicionar o Brasil no topo da agenda MPS, tal qual se aproveita do fato de que duas oficiais brasileiras receberam o prêmio “United Nations Military Gender Advocate of the Year Award” em anos consecutivos (2019 e 2020) para corroborar a narrativa, ao tentar apontar as oficiais como modelos exemplares do *peacekeeping* brasileiro, a atribuindo suas conquistas ao treinamento e experts oferecida pelo País, deixando de mencionar, convenientemente, que as agraciada com o prêmio eram as únicas mulheres em suas respectivas missões, que o Código Penal Militar não prevê um crime de exploração sexual e abuso e que as Forças Armadas Brasileiras contam com uma porcentagem pequena de mulheres, além de uma porcentagem irrisória, se existente, de mulheres em cargos de liderança.

O Direito das Mulheres não é expresso por uma única norma. É importante notar que os *spoilers* podem apoiar algumas delas em determinados assuntos à vez que desmontam-nas em outros, embora hajam áreas que sejam consistentemente atacadas como direitos reprodutivos e o acesso à educação sexual e saúde, ou a distinção entre sexo biológico/natural e papéis de gênero socialmente construídos, que são tão importantes que não podem ser extirpados do Direito das Mulheres sem que se deixe o substancialmente danificado. (Sanders, 2018, pp. 278, tradução própria)

É possível ver que a política externa do Governo Bolsonaro determinou mudanças em muitos níveis da inserção internacional brasileira. O redirecionamento como um todo buscou alinhar política externa ao rompimento da tradição diplomática. Assim, a defesa de uma concepção de autonomia se estabelece apesar da ordem internacional atual, na qual o mapa cognitivo bolsonarista adota uma retórica agressiva e reativa aos preceitos da ordem internacional (Saraiva e Albuquerque, 2022). Em um movimento anti-institucional, Jair Bolsonaro faz duas indicações para Ministro das Relações Exteriores que, em uma tentativa desesperada de substituição de pessoal outrora tradicionalista e contrário a rupturas, para aqueles simpáticos às ideias de direita radical, na tentativa de perpassar a burocracia que tradicionalmente guiou e manteve as relações internacionais do Brasil. Em que pese serem diplomatas de carreira, formados pelo Instituto Rio Branco, nomes como Ernesto Araújo e Carlos França ficam aquém daqueles como José Maria da Silva Paranhos Júnior e Celso Amorim, mas mesmo assim logram submeter o Itamaraty a estresses constantes durante seus mandatos (Belém Lopes, 2022).

## 5. Conclusões

O levante da direita radical pelo mundo que tem garantido a chefes de Estados e de governos a oportunidade de dismantelar anos de conquistas teve no Brasil uma presa fácil. Quando Jair Messias Bolsonaro assumiu a presidência da República Federativa do Brasil em 2019, concretizaram-se os esforços da direita radical, com características neoliberais e religiosa-conservadoras, colocando-o em comunhão com países como Polônia, Israel, Estados Unidos, Paraguai, Itália, Guatemala e outros tantos já governados por expoentes dessa ideologia.

Neste trabalho, buscou-se mostrar como as mudanças da política externa brasileira, especialmente no campo da agenda de gênero, podem ser entendidas através de um processo causal. Usou-se do método do *Process Tracing* para traçar uma linha de ação que mostre como as atitudes de alguns atores da Coalizão Bolsonaro estão conectadas interna e externamente e seguem uma lógica de *norm spoiling*, ou seja, de contestação das normas atuais vigentes em gênero, por meio do controle, da reestruturação e do apagamento do que se é dito. Para dar suporte ao processo tracejado com base em acontecimentos internacionais, nos foros onde há espaço para as discussões de temas atinentes à agenda de gênero e mostrar como certos atores do governo brasileiro estão alinhados a essa lógica, emprega-se a análise de alguns discursos estruturantes conforme propôs Hansen (2006), afim de definir as características e manifestações principais da identidade nacional proposta pela Ideologia Bolsonaroista, também como validam e são validados pela nova política externa em gênero.

Nota-se que o processo de alinhamento e angariação de pares que partilham das características da direita radical, os posicionamentos inflamatórios nas instituições de governança global, com recorrentes edições aos documentos produzidos e as reformulações de tratados, de há muito com interpretações consolidadas, foram os mais recorrentes meios pelos quais o Governo Bolsonaro implementou o desmonte da agenda de gênero da política exterior brasileira. Todos esses atos foram respaldados pelo discurso de moral religiosa e ultraconservadora, que imputava à ordem global as causas da corrupção moral, ideológica, política e econômica, de modo que somente pelo seu expurgo, através da *verdade* e guiados pelos líderes certos, o povo brasileiro se soltaria das amarras ideológicas que corroíam a sociedade (Amaral, 2024; Belém Lopes, 2022; Corrêa, 2022; Drumond e Rebelo, 2023; Saraiva e Albuquerque, 2022; Guimarães, Miquelasi, Alves, Silva e Calandrin, 2023; Loureiro, 2023; Simioni e Kyrillos, 2024).

Em que pese o entendimento que a agenda de gênero não sofreu da mesma forma que outras áreas como Meio Ambiente, Cooperação e Multiateralismo, a exemplo, não há como negar que houve um desmonte desse tema. O redesenho da política externa brasileira ficou evidente com desmontes generalizados a temas muito caros para essa ideologia, dentre eles a Agenda de Gênero, representando uma nova e crítica passagem na História Brasileira de desarticulação entre política externa e diplomacia (Belém Lopes, 2020). Enquanto o então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, se preocupava em projetar a imagem brasileira de cruzada antigênero, antiglobalista e nacionalista, apoiado por atores religiosos e conservadores da sociedade civil, por meio da agenda moral de defesa da família e valores tradicionais, o que levou à corrosão da tradição diplomática brasileira de cooperação progressista e progressiva, pioneirismo, além de defesa e promoção de direitos e garantias fundamentais internacionalmente reconhecidas (Amaral, 2024; Belém Lopes 2020; Casarões e Farias, 2021; Guimarães e Silva, 2021; Hirst e Maciel, 2020; Monte e Hernandez 2022).

Os danos à imagem internacional do Brasil na agenda de gênero durante o Governo Bolsonaro foram incontestáveis. Esforços e tentativas de dirimir os *setbacks* do tema, principalmente por burocratas do Ministério das Relações Exteriores, não foram muito efetivos (Belém Lopes, 2022; Monte e Hernandez 2022), já que esse governo logrou quebrar a tradição e o pioneirismo brasileiro de cooperação para avanço da agenda e pluralização de direitos e garantias fundamentais. Tomando por base a premissa de Sanders que, no curto prazo, o sucesso do *norm spoiling* pode ser medido pela extensão que limita o desenvolvimento e a difusão das normas-alvo (2008. pp. 272), não há como negar que o Direito das Mulheres sofreu com o desmonte. Ao mesmo tempo, quando analisa-se a esfera nacional, em que pese muitos posicionamentos que dirimiram o avanço da agenda em organismos multilaterais, nenhum documento produzido como resultado dessas conferências foi ratificado pelo Brasil e recepcionado pelo Ordenamento Jurídico, inclusive, já houve a denúncia ao Consenso de Genebra – organização cofundada pelo País – o que leva a crer que, internamente, o desmonte foi incapaz de gerar danos semelhantes, perdendo fôlego conforme o mandato chegava ao fim.

## 6. Bibliografia

ABERS, Rebecca Neaera., ed. *Ativismo institucional: criatividade e luta na burocracia brasileira* [online]. Brasília: Editora UnB, 2021, 356 p. ISBN: 978-65-5846- 159-3. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786558461593>.

ALVES, Damares. Discurso por ocasião de cerimônia de posse como Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves. Brasília: 2 de janeiro de 2019. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=2Qz\\_tS6zofg](https://www.youtube.com/watch?v=2Qz_tS6zofg). Acesso em 8 de julho de 2024.

AMARAL, Tatiane Moura. *Família forte, nação soberana: A “família” e a representação de identidade nacional na Política Externa do governo Bolsonaro*. Orientadora: Paula Drumond Rangel Campos. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2023.

APLJ – ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS JURÍDICAS. A Acadêmica Angela Gandra participou do 8.º Congresso das Famílias, em Verona, na Itália. Academia Paulista de Letras Jurídicas. São Paulo: 1º de abril de 2019. Disponível em: <https://aplj.org.br/publicacoes/noticias/a-academica-angela-vidal-participou-do-8-congresso-das-familias-em-verona-na-italia.html>. Acesso em 11 de julho de 2024.

AZZI, Diego. et. al. A política externa bolsonarista e o agravamento de um Brasil insustentável. **Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB-UFABC)**. São Bernardo do Campo. pp 81-94. 2020/2021.

BAMANYAKI, Patricia e HOLVOET, Nathalie. Integrating theory-based evaluation and process tracing in the evaluation of civil society gender budget initiatives. **EVALUATION**. Volume 29, 1. Páginas 72-90. 2016

BARROS, Sebastião do Rego. A execução da política externa brasileira: um balanço dos últimos 4 anos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 42, n. 2, p. 18-28, jul.-dez. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v41n2/v41n2a02.pdf>. Acesso em: 16 de maio de 2023.

BARROS, Sebastião do Rego. A execução da política externa brasileira: um balanço dos últimos 4 anos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 42, n. 2, p. 18-28, jul.-dez. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v41n2/v41n2a02.pdf>. Acesso em: 16 de maio de 2023.

BAUER, Michael W. PETERS, B Guy. PIERRE, Jon. YESILKAGIT, Kutsal e BECKER, Stefan. *Democratic backsliding and public administration: how populists in government transform state bureaucracies* (edit). Cambridge University Press. Cambridge, Reino Unido; Nova Iorque, EUA. 2021. DOI: 10.1017/9781009023504.

BEACH, Derek e PEDERSEN, Rasmus Brun. *Process Tracing Methods: foundations and guidelines*. Ann Arbor: University of Michigan Press. 2019

BEACH, Derek. *Process Tracing Methods*. **Oxford Research Encyclopedia**. 2022.

BELÉM LOPES, Dawisson et al. Did the Far Right Breed a New Variety of Foreign Policy? The Case of Bolsonaro’s “More-Bark-Than-Bite” Brazil. **Global Studies Quarterly** (2022) 2,

pp. 1–14. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/isagsq/ksac078>. Acesso em 29 de agosto de 2023.

BELÉM LOPES. De-westernization, democratization, disconnection: the emergence of Brazil's post- diplomatic foreign policy. **Global Affairs**. Issue 2. pp. 167-184. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/23340460.2020.1769494>.

BRASIL Ministério das Relações Exteriores. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional – Brasília, 1º de janeiro de 2019. Brasília: Ministério das Relações Exteriores. 1º de janeiro de 2019e. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional-brasilia-1-de-janeiro-de-2019>.

BRASIL. FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão. Alocução do Ministro Ernesto Araújo na 46ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Brasília, 9 de novembro de 2021. Brasília: Ministério das Relações Exteriores. 9 de novembro de 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/alocucacao-do-ministro-ernesto-araujo-na-46a-sessao-do-conselho-de-direitos-humanos-da-onu>

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Formatura da Turma do Instituto Rio Branco - Brasília, 3 de maio de 2019. Brasília: Ministério das Relações Exteriores. 3 de maio de 2019f. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-formatura-da-turma-do-instituto-rio-branco-brasilia-3-de-maio-de-2019>.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. A nova política externa brasileira. Seleção de discursos, artigos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores. Brasília: FUNAG. 2019a.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Cerimônia virtual de assinatura da Declaração sobre Consenso de Genebra 22 de outubro de 2020. Brasília: Ministério das Relações Exteriores. 22 de outubro de 2020b. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2020/cerimonia-virtual-de-assinatura-da-declaracao-sobre-consenso-de-genebra-22-de-outubro-de-2020](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2020/cerimonia-virtual-de-assinatura-da-declaracao-sobre-consenso-de-genebra-22-de-outubro-de-2020)

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Cumprimentos de final de ano do Ministro Ernesto Araújo ao corpo diplomático. Brasília: Ministério das Relações Exteriores. 9 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/cumprimentos-de-final-de-ano-do-ministro-ernesto-araujo-ao-corpo-diplomatico>.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Discurso da Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, na abertura do Segmento de Alto Nível da 40ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas – Genebra. Brasília: Notícias Ministério das Relações Exteriores. 2019b. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/outras-autoridades/discursos/discurso-da-ministra-da-mulher-da-familia-e-dos-direitos-humanos-damares-alves-na-abertura-do-segmento-de-alto-nivel-da-40-sessao-do-conselho-de-direitos-humanos-das-nacoes-unidas>.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Discurso do presidente Jair Bolsonaro na abertura da 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas – Nova York. Brasília: Notícias Ministério das Relações Exteriores. 2019c. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-do-presidente-jair-bolsonaro-na-abertura-da-74-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-24-de-setembro-de-2019>.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Formatura dos alunos do Instituto Rio Branco e imposição de insígnias da Ordem de Rio Branco - Brasília/DF. Brasília: Ministério das Relações Exteriores. 22 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-cerimonia-de-formatura-dos-alunos-do-instituto-rio-branco-e-imposicao-de-insignias-da-ordem-de-rio-branco-brasilia-df>.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Seminário “Relações internacionais, política externa e gênero: reflexões em homenagem a Maria José de Castro Rebello Mendes”. Brasília: Ministério das Relações Exteriores. 20 de setembro de 2023. Disponível em vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=-UMBwqcCNRA>.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Na Hungria, ministra Damares ressalta que o Brasil é um país pró-família. Brasília: Notícias Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. 2019d. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/setembro/na-hungria-ministra-damares-ressalta-que-o-brasil-e-um-pais-pro-familia>. Para a transcrição do discurso feito pela Ministra Damares Alves vide <https://sxpolitics.org/ptbr/transcricao-discurso-da-damares-cupula-da-demografia/9709>.

BUCCI, Maria Paula Dallari; RUIZ, Isabela. Quadro de problemas de políticas públicas: uma ferramenta para análise jurídico-institucional. **Revista estudos institucionais** (REI), 5(3), 1142–1167. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21783/rei.v5i3.443>. Acesso em: 18 de abril de 2023.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Fundamentos para uma Teoria Jurídica das Políticas Públicas. São Paulo: Saraiva, 2013.

BUCCI, Maria Paula Dallari. O conceito de política pública em direito. In BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). **Políticas Públicas: Reflexões sobre o Conceito Jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 1-50.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Quadro de Referência de uma Política Pública: primeiras linhas de uma visão jurídico-institucional. In: SMANIO, Gianpaolo Poggio; BERTOLIN, Patrícia Tuma; BRASIL, Patrícia Cristina (org.). **O Direito na Fronteira das Políticas Públicas**. São Paulo: Páginas e Letras Editora e Gráfica, 2015.

CAMACHO-GARLAND, Gabriela e BEACH, Derek. Theorizing how interventions work in evaluation: Process-tracing methods and theorizing process theories of change. **EVALUATION**. Volume 29, issue 4. Páginas 390-409. 2023

CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de Racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Zahar. 2023.

CASARÕES, Guilherme e FLEMES, Daniel. Brazil First, Climate Last: Bolsonaro's Foreign Policy. **GIGA Focus Latin America**. Hamburgo n. 5. Setembro 2019.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e FARIAS, Déborah Barros Leal. Brazilian foreign policy under Jair Bolsonaro: far-right populism and the rejection of the liberal international order. **Cambridge Review of International Affairs**. 2021. DOI: 10.1080/09557571.2021.1981248.

CASTRO, Juliana. Bolsonaro diz que Brasil passou a votar na ONU seguindo a Bíblia. **O Globo**. 11 de abril de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/bolsonaro-diz-que-brasil-passou-votar-na-onu-seguindo-biblia-23591655>. Acesso em 8 de julho de 2014.

CERVO, Amado Luis; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. 5ª edição revisada e ampliada. Brasília. Editora da Universidade de Brasília. 2015.

CHADE, Jamil. Ignorando Ucrânia, Damares usa tribuna da ONU para fazer campanha eleitoral. **UOL**. 28 de fevereiro de 2022. Acesso em 18 de junho de 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/02/28/ignorando-ucrania-damares-usa-tribuna-da-onu-para-fazer-campanha-eleitoral.htm?cmpid=copiaecola>

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. Idalberto Chiavenato - 10. ed. rev. e atual. – São Paulo: Atlas, 2022. Disponível em: <https://profeltonorris.files.wordpress.com/2014/02/livro-teoria-geral-da-administrac3a7c3a3o.pdf>. Acesso em 18 de março de 2024.

CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 53, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653407>. Acesso em: 7 jun. 2024.

CORRÊA, Sonia. We must understand the historical span and longevity of conservative movements”. [Entrevista concedida a] **Sur Journal**, [S.L.], v. 32, n.19, dez. 2022. Disponível em: <https://sur.conectas.org/en/we-must-understand-the-historical-span-and-longevity-of-conservative-movements/>. Acesso em 17 de junho de 2024.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins e ARAÚJO, Carmem E. Leitão. *Process tracing* nas Ciências Sociais: fundamentos e aplicabilidade. Brasília: Enap, 2018. 103 p. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3328>. Acesso em 12 de outubro de 2023.

CUNHA, Leonam Lucas Nogueira. A antipolítica de gênero no governo Bolsonaro e suas dinâmicas de violência. **Revista de Estudios Brasileños (REB)**. Ediciones Universidad de Salamanca | CC BY-NC-ND | volume 7, número 14, pp. 49-61. 2020.

DESTRADE, Sandra e PLAGEMANN, Johannes. Populism and international relations: (un)predictability, person-alisation, and the reinforcement of existing trends in world politics. **Review of International Studies**. 45: 5, dezembro. 2019, pp. 711–30;

DRUMOND, Paula; REBELO, Tamyá.: Norm spoiling, gender washing and the pushback against women's rights in Brazilian foreign policy. **Globalizations**. Abril 2023. DOI: 10.1080/14747731.2023.2202106. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14747731.2023.2202106>. Acesso em 4 de setembro de 2023.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de; NOGUEIRA, Joana Laura Marinho; BELÉM LOPES, Dawisson. Coordenação intragovernamental para a implementação da política externa brasileira: o caso do Fórum IBAS. **Dados**, v. 55, p. 175-220, 2012.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. O Itamaraty e a política externa brasileira: do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários. **Contexto internacional**, v. 34, p. 311-355, 2012.

GANDRA, Angela Martins. Um ministério da família: da utopia à realidade. 7 dez. 2021. **Folha de São Paulo**. São Paulo: 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/12/um-ministerio-da-familia-da-utopia-a-realidade.shtml>.

GLASIUS, Marlies. What authoritarianism is ... and is not: a practice perspective. **International Affairs**. 94: 3, Maio 2018, pp. 515–34.

GUIMARÃES, Feliciano de Sá; SILVA, Irma Dutra de Oliveira e. Far-right populism and foreign policy identity: Jair Bolsonaro's ultra-conservatism and the new politics of alignment. **International Affairs**. 97: 2 (2021) 345–363; doi: 10.1093/ia/iiaa220.

GUIMARÃES, Feliciano de Sá. MIQUELASI, André Felipe. ALVES, Gustavo Jordan Ferreira. SILVA, Irma Dutra Gomes de Oliveira e. CALANDRIN, Karina Stange. The Evangelical Foreign Policy Model: Jair Bolsonaro and Evangelicals in Brazil. **Third World Quarterly** 44, no. 6 (2023): 1324–44. 2023. doi:10.1080/01436597.2023.2181154.

HANSEN, Lene. Security as Practice: Discourse Analysis and the Bosnian War. **The New International Relations Series**. Routledge. London. 2006. 259 p.

HIRST, Monica; MACIEL, Tadeu Morato. O tripé da política Externa Brasileira no governo Bolsonaro. **Boletim OPSA**. Nº3. Edição de Julho/Setembro de 2020. Disponível em: [http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim\\_OPSA\\_2020\\_n3-jul-set-2020.pdf](http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim_OPSA_2020_n3-jul-set-2020.pdf). Acesso em: 8 de junho de 2023.

LIMA, Melina Moreira Campos. International law under far-right governments: a comparison between the administrations of Donald Trump and Bolsonaro. **Sequência (Florianópolis)**, v. 43, n. 90, p. e66065, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2177-7055.2022.e66065>. Acesso em: 13 de junho de 2023.

LOUREIRO, Felipe Pereira. Conspiracy Theory and the Foreign Policy of the Far Right: The Case of Jair Bolsonaro's Brazil (2019-2021). **Contexto Internacional**. vol. 45(2) May/Aug 2023. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-8529.20234502e20220034>. Acesso em: 2 de outubro de 2023.

LOWI, Theodore J. Four Systems of Policy, Politics, and Choice. **Public Administration Review**, vol. 32, no. 4, 1972, pp. 298–310. JSTOR. Disponível em <https://doi.org/10.2307/974990>. Acesso em 15 de junho de 2023.

MARIANO, Marcelo Passini. A diplomacia e a continuidade na política externa brasileira. In: **A política externa brasileira e a integração regional: uma análise a partir do Mercosul** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2015, pp. 15-36. ISBN 978-85-68334-63-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 6 de setembro de 2023.

MARRIGONI, Gilberto. et al. Brasil e América Latina, anos de retrocesso na integração regional. In: **Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB-UFABC)**. São Bernardo do Campo. pp 21-30. 2020/2021.

MILANI, Carlos RS e PINHEIRO, Leticia. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Contexto internacional**, v. 35, p. 11-41, 2013.

MONTE, Déborah Silva do e HERNANDEZ, Matheus de Carvalho. “TERRIBLY CHRISTIAN” Foreign policy on human rights under the Bolsonaro administration. **Sur - International Journal on Human Rights**. v.19 n.32 • 65 - 83. 2022.

OLIVEIRA, Ana Claudia Delfini Capistrano de. Agendas de gênero nas políticas públicas no Brasil (1980-2016). **Revista Feminismos**. Vol.5, N.2 e 3, Maio - Dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30294>. Acesso em 18 de abril de 2024.

ONU – Organização das Nações Unidas. ONU Mulheres. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher. Apresentação de Maria Luiza Ribeiro Viotti. Pequim. 1995. Disponível em: [https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao\\_beijing.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf). Acesso em 10 de junho de 2024.

ONU – Organização das Nações Unidas. Relatórios Oficiais A/74/PV.3 de 24 de setembro de 2019. Nova Iorque. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3832033?ln=en&v=pdf>. Acesso em 18 de janeiro de 2024.

ONU – Organização das Nações Unidas. Relatórios Oficiais A/77/PV.4 de 20 de setembro de 2022. Nova Iorque. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3996866?ln=en&v=pdf>. Acesso em 18 de janeiro de 2024.

PRASHAR, Swati. The WPS Agenda: A Postcolonial Critique. In: Davies, Sara E e True, Jacqui (eds) **The Oxford Handbook of Women, Peace, and Security**. 2018 Oxford Academic/ 2019 edição on-line. DOI: 10.1093/oxfordhb/9780190638276.013.46.

RODRIGUES, Gilberto M. A; SILVA, Isabela Montilha da; SABIÃO, Mirella. Política externa, direitos humanos e pandemia de Covid-19. In: **Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB-UFABC)**. São Bernardo do Campo. pp 57-70. 2020/2021.

SANDERS, Rebecca e JENKINS, Laura Dudley. Control, alt, delete: Patriarchal populist attacks on international women’s rights. **Global Constitutionalism**. 11(3). pp. 401-429. 2022. doi:10.1017/S2045381721000198.

SANDERS, Rebecca. Norm spoiling: undermining the international women's rights agenda. **International Affairs**, Volume 94, 2ª edição, Março 2018, pp. 271–291. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ia/iyy023>. Acesso em: 22 de setembro de 2023.

SARAIVA, Miriam Gomes; ALBUQUERQUE, Felipe Leal. Como mudar uma política externa?. **CEBRI – Revista**. Ano 1 / No 1 / Jan-Mar 2022.

SAULL, Richard; ANIEVAS, Alexander; DAVIDSON, Neil e FABRY, Adam. ‘The *longue durée* of the far right: an introduction’, in Richard Saull, Alexander Anievas, Neil Davidson and Adam Fabry, eds, *The longue durée of the far-right: an international historical sociology*. Abingdon: Routledge, 2015), pp. 1–20.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas. Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SELIS, Lara M. R.; PRADO, Débora F. M. do. Política Externa do governo Bolsonaro e a aliança transnacional antigênero. **Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil**. pp. 1-21, 2021. ISBN 978-65-87504-31-5.

SILVA, Karine de Souza. “Meu mundo, minhas regras”: direito internacional, branquitude e o genocídio do povo negro brasileiro. **Revista de Direito Internacional**. CEUB. Vol. 20, Núm. 1. 2023. HISTÓRIA DO DIREITO INTERNACIONAL DO BRASIL - PARTE II. doi: 10.5102/rdi.v20i1.8634.

SIMIONI, F.; KYRILLOS, G.. Política Externa no Governo Bolsonaro (2019-2021): Disputas Discursivas e Rupturas Institucionais nas Políticas De Gênero. **Dados**, v. 67, n. 4, p. e20220040, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/dados.2024.67.4.338>. Acesso em 17 de abril de 2024.

SOUSA, Ana Tereza Lopes Marra de. et al. Relações Brasil-China durante a pandemia: abalos no pragmatismo. **Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB-UFABC)**. São Bernardo do Campo. pp 31-45. 2020/2021.

TRUE, Jacqui. Mainstreaming Gender in Global Public Policy. **International Feminist Journal of Politics**. Volume 5, 3ª edição. pp. 368-396. 2003. DOI: 10.1080/1461674032000122740.

VIDIGAL, Carlos Eduardo; DORATIOTO, Francisco. História das Relações Internacionais do Brasil. Coleção Temas Essenciais em RI, vol. 5. Coordenação de Antônio Carlos Lessa e Henrique Altemani de Oliveira. 2ª Edição. São Paulo. Saraiva Educação. 2021.

WELCH, David A. The organizational process and bureaucratic politics paradigms: retrospect and prospect. **International Security**, v. 17, n. 2, p. 112-146, 1992.